

PREGÃO ELETRÔNICO
SERVIÇOS CONTÍNUOS COM DEDICAÇÃO
EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA -EMERGENCIAL
Nº 9003/2026

OBJETO

Prestação de serviços contínuos de limpeza, asseio, jardinagem, manutenção e conservação predial, com o fornecimento de mão-de-obra especializada, saneantes domissanitários, ferramentas, materiais e equipamentos, visando adequadas condições de limpeza, conservação, salubridade e higiene no prédio, e respectivo terreno.

Vigência de até 01 (um) ano ou enquanto não sobrevier a contratação continuada via Processo nº 25/1956.000209.7.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

Mensal: R\$ 215.763,61

Anual: 2.589.163,32

DATA DA ABERTURA

17/04/2024

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

MENOR PREÇO GLOBAL MENSAL



**DISPENSA DE LICITAÇÃO SERVIÇOS CONTÍNUOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
DE MÃO DE OBRA - EMERGENCIAL**

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9003/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 26/1956.9000193-7.
CONDIÇÕES GERAIS DE LICITAÇÃO – ÍNDICE**

- 1. DO OBJETO**
- 2. DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL**
- 3. DA DATA E DO HORÁRIO DA LICITAÇÃO**
- 4. DA PARTICIPAÇÃO**
- 5. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E DE EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**
- 6. DO CREDENCIAMENTO**
- 7. DA PROPOSTA DE PREÇOS**
- 8. DA SESSÃO PÚBLICA DE LICITAÇÃO**
- 9. DA REFERÊNCIA DE TEMPO**
- 10. DA ABERTURA DA PROPOSTA E DA ETAPA COMPETITIVA**
- 11. DA NEGOCIAÇÃO**
- 12. DA ACEITABILIDADE E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**
- 13. DA HABILITAÇÃO**
- 14. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS**
- 15. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**
- 16. DO TERMO DE CONTRATO**
- 17. DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO**
- 18. DO PAGAMENTO**
- 19. DO REAJUSTE**
- 20. DA FONTE DE RECURSOS**
- 21. DAS OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO**
- 22. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**
- 23. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 24. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**



ANEXOS

ANEXO I – MINUTA DE CONTRATO

ANEXO II – PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS (a ser preenchida pelo licitante vencedor)

ANEXO III – CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA PARA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (se for o caso)

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS ASSUMIDOS

ANEXO V – FOLHA DE DADOS

ANEXO VI – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO VII – DISSÍDIO COLETIVO DE TRABALHO

ANEXO VIII – Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços



CONDIÇÕES GERAIS DE LICITAÇÃO – CGL
SERVIÇOS CONTÍNUOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA –
DISPENSA DE LICITAÇÃO - EMERGENCIAL
PREGÃO ELETRÔNICO

Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha conforme ANEXO V – FOLHA DE DADOS torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, por meio da internet. A presente licitação reger-se-á pela Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021; Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940; Lei nº 11.389, de 25 de novembro de 1999; Lei nº 13.706, de 6 de abril de 2011; Decreto nº 53.355, de 21 de dezembro de 2016; Decreto nº 42.250, de 19 de maio de 2003; Decreto nº 48.160, de 14 de julho de 2011; Decreto nº 58.399 de 9 de outubro de 2025; Decreto nº 52.768, de 15 de dezembro de 2015; Decreto nº 55.717, de 12 de janeiro de 2021; Decreto Estadual nº 57.033, de 23 de maio de 2023; Decreto Estadual nº 57.037, de 23 de maio de 2023, Decreto Estadual nº 57.154 de 22 de agosto de 2023 e pelas condições previstas neste Edital e seus Anexos.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação visa à contratação de prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, conforme descrição e condições especificadas no ANEXO V – FOLHA DE DADOS (CGL 1.1) e de acordo com as condições contidas no Termo de Referência (Anexo VI), que fará parte do Contrato como anexo.

2. DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL

- 2.1. O Edital poderá ser obtido no *site* referido no ANEXO V – FOLHA DE DADOS (CGL 2.1).
- 2.2. A licitação será realizada na forma eletrônica, por meio do endereço indicado no ANEXO V – FOLHA DE DADOS (CGL 2.2), mediante condições de segurança, criptografia e autenticação.

3. DA DATA E DO HORÁRIO DA LICITAÇÃO

- 3.1. Na data e horário designados no ANEXO V – FOLHA DE DADOS (CGL 3.1) será aberta sessão pública pelo pregoeiro.
- 3.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do pregoeiro em sentido contrário.

4. DA PARTICIPAÇÃO



4.1. Respeitadas as condições normativas próprias e as constantes deste Edital, poderá participar desta licitação:

4.1.1. qualquer pessoa jurídica legalmente estabelecida no País que esteja devidamente credenciada nos termos do item 6 deste Edital, cujo objeto social seja compatível com o objeto da licitação e que atenda a todas as exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos, observado o disposto no ANEXO V – FOLHA DE DADOS (CGL 4.1.1);

4.1.2. pessoa física que esteja devidamente credenciada nos termos do item 6 deste Edital.

4.1.3. consórcios, nas condições previstas no ANEXO V – FOLHA DE DADOS (CGL 4.1.3).

4.1.4. empresa estrangeira, desde que apresente Decreto de Autorização para funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedida pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir e, ainda, atenda às exigências de habilitação mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por Tradutor Público e Intérprete Comercial, devendo ter representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

4.2. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

4.2.1. a pessoa física ou jurídica que se encontre impossibilitada de contratar com o Poder Público em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.2.2. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função no procedimento ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.2.3. as empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.2.4. a pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

4.2.5. as cooperativas de trabalho, considerando a vedação contida no art. 5º da Lei Federal nº 12.690/2012, salvo se legalmente viável e, nestes termos, autorizado no ANEXO V – FOLHA DE DADOS (CGL 4.2.5).

4.3 O impedimento de que trata o subitem 4.2.1 será também aplicado ao participante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.4 Em procedimentos e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.5. Não poderá haver nesta licitação participante com mais de uma proposta por lote.

4.6. Ao participar desta licitação, o licitante concorda com os requisitos e disposições do Decreto nº 58.399/2025, em especial com a retenção do pagamento em caso de descumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.

5. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E DE EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

5.1. Para fins de obtenção do tratamento diferenciado de que tratam os artigos 42 a 49 da Lei Complementar federal nº 123/2006, quando do envio da proposta inicial, o participante deve declarar eletronicamente em campo próprio do sistema:

5.1.1. que possui enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

5.1.2 que, no ano-calendário de realização desta licitação, ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

5.2. A ausência dessas declarações, no momento do envio da proposta, significará a renúncia da microempresa ou da empresa de pequeno porte de utilizar-se das prerrogativas a ela concedida pela Lei Complementar federal nº 123/2006.

5.3. Consideram-se empatadas as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte que estiverem no limite de até 5% (cinco por cento) superiores à proposta melhor classificada, desde que esta não seja de microempresa ou de empresa de pequeno porte.

5.4. Ocorrendo o empate, nos termos da Lei Complementar federal nº 123/2006, a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta inferior à proposta de menor preço apurada no certame, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

5.5. No caso de não contratação à microempresa ou à empresa de pequeno porte, serão convocadas as empresas remanescentes que se encontrem na situação de empate, de mesmo enquadramento empresarial, na ordem classificatória, para o exercício do direito aqui previsto.

5.5.1. Na hipótese de não haver mais empresas de mesmo enquadramento empresarial, o objeto da licitação será adjudicado para a empresa que originalmente apresentou o melhor lance.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar os documentos de habilitação, mesmo que estes apresentem alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista, sob pena de inabilitação.

5.7. A microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentar documentos com restrições quanto à regularidade fiscal e trabalhista tem assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da declaração de vencedor da licitação, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para apresentar as respectivas certidões de regularidade.

5.8. A não regularização da documentação implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação da multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total da proposta inicial, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

5.9. A microempresa ou empresa de pequeno porte que venha a ser contratada para a prestação de serviços, mediante cessão de mão de obra, não poderá se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional e estará sujeita à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor, em decorrência de sua exclusão obrigatória, a contar do mês



seguinte ao da contratação, salvo as exceções previstas no §5º-B a 5º-E do art. 18 da Lei Complementar federal nº 123/2006.

5.9.1. Para efeito de comprovação, o contratado deverá apresentar, no prazo de até 90 dias, cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços, mediante cessão de mão de obra.

5.10. Não se aplicam os critérios de desempate previstos nos subitens 5.3 e 5.4, caso a licitação se destine exclusivamente a participação de microempresas e empresas de pequeno porte.

5.11 Não haverá tratamento preferencial para microempresas e empresas de pequeno porte na hipótese do art. 4º, § 1º, I da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme previsto no ANEXO V – FOLHA DE DADOS (CGL 4.1.1).

6. DO CREDENCIAMENTO

6.1. Os interessados em participar da presente licitação deverão estar regularmente credenciados no Portal do Fornecedor RS (portaldofornecedor.rs.gov.br).

6.2. O credenciamento será encaminhado através do Portal do Fornecedor RS (portaldofornecedor.rs.gov.br).

7. DA PROPOSTA DE PREÇOS

7.1. Os licitantes deverão encaminhar proposta inicial até a data e hora marcadas para a abertura da sessão, exclusivamente no sistema eletrônico referido no ANEXO V – FOLHA DE DADOS (CGL 2.2), quando se encerrará a fase de recebimento de propostas.

7.2. As propostas deverão ter prazo de validade não inferior ao disposto no ANEXO V – FOLHA DE DADOS (CGL 7.2), a contar da data da abertura da licitação.

7.2.1. Se não constar o prazo de validade, entende-se o do ANEXO V – FOLHA DE DADOS (CGL 7.2).

7.3. A proposta de preços inicial deverá conter as características técnicas do produto ofertado, indicando obrigatória e expressamente, a sua marca e, se for o caso, o modelo.

7.4. Os licitantes deverão consignar o valor global mensal da proposta, já consideradas inclusas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

7.5. No momento do envio da proposta, o licitante deverá prestar, por meio do sistema eletrônico, as seguintes declarações:

7.5.1. que tem conhecimento e atende a todas as exigências de habilitação e especificações técnicas previstas no Edital;

7.5.2. que assume o compromisso de guardar todos os documentos originais/autenticados, anexados eletronicamente, pelo prazo de 10 (dez) anos, e apresentá-los quando requeridos pela Administração Pública;



7.5.3. que os documentos anexados eletronicamente são fiéis aos originais e válidos para todos os efeitos legais, incorrendo nas sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, em caso de declaração falsa, sem prejuízo da responsabilização civil e criminal;

7.5.4. que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme previsto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021 (inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal);

7.5.5. que tem conhecimento das condutas passíveis de penalidades, elencadas no item 23 deste Edital, e previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;

7.5.6. que até a presente data inexistem fatos impeditivos à sua participação, conforme itens 4 e 5 deste Edital, salvo disposição extraordinária prevista em lei específica;

7.5.7 que possui ou não enquadramento empresarial como ME/EPP; para fins de obtenção do tratamento diferenciado e favorecido nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006, se for o caso;

7.5.8 que, em sendo ME/EPP, possui ou não possui contratos celebrados com a Administração Pública cujos, valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, no ano-calendário de realização desta licitação;

7.5.9 que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.5.10 que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

7.5.11. que é responsabilidade do licitante a veracidade das informações prestadas, assumindo a responsabilidade integral por eventuais erros no enquadramento sindical ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado, e por qualquer ônus decorrente de reenquadramentos que ocorram durante a vigência contratual, sujeitando-se às sanções previstas nos incisos III e IV do art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

7.6. As declarações mencionadas nos subitens anteriores são condicionantes para a participação no Pregão.

7.7. Nos casos de declaração falsa, o licitante estará sujeito à tipificação no crime de falsidade ideológica, previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, nos crimes previstos nos arts. 337-F e 337-I do Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no presente Edital.

7.8. Até data e hora marcadas como fim do recebimento de propostas, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

7.9. Após a abertura da sessão, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo resultante de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro, sujeitando-se o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

7.10. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital, forem omissas ou apresentarem irregularidades.

7.11. O preço proposto será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.12. Não será admitida a subcontratação.

7.13. A omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito cumprimento do objeto deste certame será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo o licitante pleitear acréscimo após a abertura da sessão pública.

7.14. O licitante deverá utilizar, sempre que possível, na elaboração da proposta, mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas existentes no local da execução dos serviços, desde que não se produzam prejuízos à eficiência na execução do objeto da licitação.

7.15. É de inteira responsabilidade do licitante obter dos órgãos competentes informações sobre a incidência ou não de tributos de qualquer natureza relativos ao objeto desta licitação, nos mercados interno e/ou externo, não se admitindo alegação de desconhecimento de incidência tributária, ou outras correlatas.

7.16. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

8. DA SESSÃO PÚBLICA DE LICITAÇÃO

8.1. Os trabalhos serão conduzidos pelo pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos no endereço eletrônico mencionado no ANEXO V – FOLHA DE DADOS (CGL 2.2).

8.2. A participação no certame dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário estabelecidos neste Edital.

8.3. O encaminhamento da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento das exigências de habilitação previstas neste Edital.

8.4. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

8.5. Se ocorrer a desconexão do pregoeiro durante a etapa de lances e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.5.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública da licitação será suspensa e terá reinício, com o aproveitamento dos atos anteriormente praticados, somente após comunicação expressa do pregoeiro aos participantes.

8.6. No caso de desconexão do licitante, o mesmo deverá de imediato, sob sua inteira responsabilidade, providenciar sua conexão ao sistema.

9. DA REFERÊNCIA DE TEMPO



9.1. Todas as referências de tempo citadas no aviso da licitação, neste Edital, e durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília/DF e serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

10. DA ABERTURA DA PROPOSTA E DA ETAPA COMPETITIVA

10.1. A abertura da sessão pública ocorrerá na data e na hora indicadas no ANEXO V – FOLHA DE DADOS (CGL 3.1).

10.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente pelo sistema eletrônico.

10.2.1. Não será aceito nenhum outro tipo de contato, como meio telefônico ou *e-mail*.

10.3. O Critério de Julgamento será conforme Anexo V - FOLHA DE DADOS (CGL 10.3).

10.4. A partir da abertura das propostas, as empresas participantes terão conhecimento dos valores ofertados.

10.5. A partir do momento de início da etapa de lances, as empresas participantes poderão formular lances de menor valor, sendo informados sobre seu recebimento, com indicação de horário e valor.

10.5.1. Só serão aceitos novos lances cujos valores forem inferiores em relação ao último lance registrado pela própria empresa, respeitando o decremento mínimo previsto no ANEXO V – FOLHA DE DADOS (CGL 10.5.1).

10.5.2. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

10.5.3. Será permitida a apresentação de lances intermediários.

10.6. Não poderá haver desistência dos lances ofertados após a abertura da sessão, sujeitando-se os licitantes desistentes às sanções previstas neste Edital, salvo se decorrente de caso fortuito ou força maior, com justificativa aceita pelo pregoeiro.

10.7. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

10.8. Durante a fase de lances, o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

10.9. A disputa ocorrerá pelo modo aberto.

10.10. A etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema, quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

10.10.1. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

10.10.2. Na hipótese de não haver novos lances, na forma estabelecida no subitem 10.10 deste Edital, a sessão pública será encerrada automaticamente.

10.11. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro poderá admitir o reinício da disputa aberta, conforme subitem 10.10, para a definição das demais colocações.



10.12. Definida a proposta vencedora, para fins de empate ficto, aplica-se o disposto no item 5 deste Edital, se for o caso.

10.13. Serão aplicados os critérios de desempate previstos no artigo 60 da Lei nº 14.133/2021 e, persistindo o empate, será realizado sorteio eletrônico.

11. DA NEGOCIAÇÃO

11.1. Após o encerramento da etapa de lances e da aplicação do empate ficto, se for o caso, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, visando a que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento estabelecido, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no Edital.

11.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

12. DA ACEITABILIDADE E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

12.1. O pregoeiro convocará o licitante classificado em primeiro lugar, para, em prazo não inferior a 02 (duas) horas, encaminhar, por meio eletrônico - Anexo V - FOLHA DE DADOS (CGL 2.2) - a proposta de preço, acompanhada do ANEXO II – Planilha de Custos e Formação de Preços, devidamente preenchido

12.1.1. A proposta de preços fará parte do contrato, como seu anexo.

12.1.2. O pregoeiro verificará a proposta apresentada, e a desclassificará, motivadamente, se não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital e no art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.1.3. A proposta será acompanhada de:

12.1.3.1. declaração informando o enquadramento sindical do licitante, relacionando qual a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo de trabalho em que se baseia sua proposta;

12.1.3.2 cópia da carta ou do registro sindical do sindicato ao qual o licitante declara ser enquadrado;

12.1.3.3. cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasam o valor global ofertado;

12.1.3.4. comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados com vínculo ativo junto à licitante na data de abertura do certame, na forma do art. 4º-B da Lei Federal nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, para contratações em geral, e do art. 14 da Lei Federal nº 14.967, de 9 de setembro de 2024, especificamente para os serviços de segurança privada; e

12.1.3.5. Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, ou relatório do e-Social com informação equivalente.

12.1.4. Os percentuais referenciais relativos aos Encargos Sociais, que compõem os Grupos II, III e IV do Montante A, do ANEXO II – Planilha de Custos e Formação de Preços, serão os indicados no ANEXO V – FOLHA DE DADOS (CGL 12.1.3).



12.2. O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação solicitada, será desclassificado e estará sujeito às sanções previstas neste Edital.

12.3. O pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do órgão ou entidade contratante ou de terceiros, para orientar sua decisão.

12.4. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

12.5. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie expressamente à parcela ou à totalidade de remuneração.

12.6. Na verificação da conformidade da melhor proposta apresentada com os requisitos deste Edital, será desclassificada aquela que se enquadrar nas hipóteses previstas nos incisos do art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.6.1. Erros no preenchimento da Planilha de Custos e Formação de Preços não constituem motivo para desclassificação da proposta, podendo ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo pregoeiro, desde que não haja majoração do preço proposto.

12.7. Em caso de divergência entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso.

12.8. Havendo indicação de que a proposta apresentada seja inexecutável, caberá ao pregoeiro realizar as diligências para aferir a demonstração da exequibilidade da proposta, ou exigir do licitante a demonstração.

12.8.1. Será considerada inexecutável a proposta que não tenha demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado.

12.9. A classificação dos lances apresentados, a indicação da proposta vencedora e demais informações relativas à sessão pública constarão de ata divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.

13. DA HABILITAÇÃO

13.1. O licitante que apresentar a melhor proposta, durante a etapa competitiva, será convocado para apresentar os documentos de habilitação, em prazo a ser definido pelo pregoeiro, nunca inferior a 02 (duas) horas.

13.1.1. Os documentos devem ser apresentados através de upload em campo próprio do sistema eletrônico no qual o certame é realizado.

13.2. São exigidos os documentos de habilitação abaixo discriminados.

13.3. Documentos Relativos à Habilitação Jurídica:

13.3.1. documento oficial de identificação com foto, em se tratando de pessoa física;

13.3.2. certificado da condição de microempreendedor individual – CCMEI, em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI;

13.3.3. registro comercial, no caso de empresa individual;



13.3.4. ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

13.3.5. inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

13.3.6. decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

13.3.7. enquadramento como empresa de pequeno porte ou microempresa, emitido pela Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul ou Órgão equivalente de outro Estado da Federação, ou, ainda, pela forma prevista no art. 39A da Lei Federal nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, acompanhada de declaração na forma eletrônica, quando for o caso.

13.4. Documentos Relativos à Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

13.4.1. documento oficial que comprove a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), em se tratando de pessoa física;

13.4.2. comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), em se tratando de pessoa jurídica;

13.4.3. comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

13.4.4. comprovante de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede do licitante, e, independentemente da sua sede, para com a Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, na forma da lei;

13.4.5. comprovante de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), no caso de pessoa jurídica, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

13.4.6. comprovante de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

13.5. Documentos Relativos à Qualificação Técnica:

13.5.1. comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por período superior à vigência inicial prevista para a presente contratação mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado. Nos casos em que a vigência inicial do contrato for superior a 36 meses, a comprovação de aptidão deverá ser pelo período mínimo de 3 (três) anos;

13.5.1.1. os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

13.5.1.2. somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, 1 (um) ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior;

13.5.1.3. para a comprovação da capacidade técnico-operacional pelo prazo previsto no subitem 13.5.1, será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não concomitantes.



13.5.1.4. considera-se compatível com o objeto da licitação o atestado que certifique a prestação de serviço com quantitativo de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do objeto licitado;

13.5.1.4.1. poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

13.6. Documentos Relativos à Qualificação Econômico-Financeira, em conformidade com o Decreto nº 57.154, de 22 de agosto de 2023, e com a Instrução Normativa CAGE Nº 11, de 4 de dezembro de 2023:

13.6.1. certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data prevista para o recebimento da documentação da habilitação e da proposta;

13.6.1.1. em se tratando de sociedade simples e pessoa física, deverá ser apresentada a certidão negativa de insolvência civil.

13.6.2. balanço patrimonial e demonstração de resultado de exercício dos dois últimos exercícios sociais, comprovando, em relação ao último exercício social:

13.6.2.1. índices de liquidez geral - ILG, de solvência geral - ISG, e de liquidez corrente - ILC, superiores a 1 (um);

13.6.2.1.1. caso qualquer um dos índices referidos no item 13.6.2.1. apresente resultado inferior ou igual a 1 (um), desde que previsto no Anexo V – Folha de Dados (CGL 13.6.2.1.1), será exigido, em relação ao valor da proposta final do licitante, patrimônio líquido mínimo no percentual indicado.

13.6.2.2. Capital Circulante Líquido (CCL) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor da proposta final do licitante;

13.6.3. os documentos do item 13.6.2 poderão ser substituídos pelo Certificado de Ateste e de Avaliação Econômico-Financeira de Licitantes, expedido pela Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (CAGE), a ser obtido no site www.sisacf.sefaz.rs.gov.br.

13.6.4. desde que previsto no Anexo V – Folha de Dados (CGL 13.6.4.), será exigida relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira.

13.6.5. é dispensada a exigência dos itens 13.6.2., 13.6.3. e 13.6.4. para o Micro Empresário Individual – MEI, que está prescindido de elaboração do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis na forma do §2º do art. 1.179 do Código Civil (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002);

13.7. Documentos Complementares para Habilitação:

13.7.1. Além dos documentos relacionados nos subitens 13.2 a 13.6 deste Edital, serão exigidos os seguintes documentos de habilitação:

13.7.1.1. Previstos no Termo de Referência;

13.7.1.2. Relacionados no ANEXO V – FOLHA DE DADOS (CGL 4.1.3, CGL 4.2.5, CGL 13.6.2.1.1, CGL 13.6.4 e CGL 13.7.1.2).



13.8. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da participante, com indicação do número de inscrição no CNPJ/CPF.

13.9. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa.

13.10. Tratando-se de filial, os documentos de habilitação deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

13.11. Os documentos referentes à habilitação do licitante deverão estar válidos no dia de abertura da sessão pública.

13.11.1. Caso a data do julgamento da habilitação não coincida com a da abertura da sessão, e não seja possível ao pregoeiro verificar a validade dos documentos por meio de consulta a sites oficiais, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de no mínimo 2 (duas) horas, documento válido que comprove sua condição de habilitação na data da convocação, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

13.11.2. Convocado o licitante, na forma do subitem 13.11.1, fica dispensada a comprovação de que o mesmo estava habilitado na data de abertura da sessão, considerando-se, para fins de habilitação, somente a data da sua última convocação.

13.12. As certidões exigidas que não tenham prazo de validade expresso em seu corpo ter-se-ão como válidas pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da sua emissão.

13.13. Caso seja apresentado o Certificado de Fornecedor do Estado, emitido pela Central de Licitações do Estado do Rio Grande do Sul – CELIC para a família informada no Anexo V - FOLHA DE DADOS (CGL 13.13), e acompanhado do respectivo anexo, este substituirá apenas os documentos que contemplem, desde que estejam vigentes.

13.14. Todos os documentos em que se exija assinatura devem ser assinados digitalmente ou firmados e digitalizados antes de sua remessa via sistema.

13.15. Nos casos de apresentação de documento falso, o licitante estará sujeito à tipificação nos crimes de falsidade, previstos nos artigos 297 e 298 do Código Penal Brasileiro, nos crimes previstos nos arts. 337-F e 337-I do Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no presente Edital.

13.16. Quando da apreciação dos documentos para habilitação, o pregoeiro procederá ao que segue:

13.16.1. se os documentos para habilitação não estiverem completos e corretos, ou contrariarem qualquer dispositivo deste Edital, considerando o disposto no subitem 24.4 deste Edital, o pregoeiro considerará o licitante inabilitado;

13.16.2. no caso de inabilitação do primeiro classificado, serão retomados os procedimentos descritos no item 11 deste Edital, respeitada a ordem de classificação do licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, e assim sucessivamente, até que sejam atendidas as condições do Edital.

14. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o Edital ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, no endereço indicado no ANEXO V – FOLHA DE DADOS (CGL 2.1).

14.1.1. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no mesmo endereço eletrônico do edital no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.1.2. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para realização do certame, quando da resposta resultar alteração que interfira na elaboração da proposta.

14.2. Após as etapas de classificação e habilitação, os licitantes receberão notificação pelo sistema, para, querendo, manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, obrigatoriamente via sistema eletrônico, com registro em ata da síntese das suas razões, sendo que o recurso terá efeito suspensivo.

14.2.1. A falta de manifestação acerca da intenção de recorrer, nos termos previstos neste Edital, importará a decadência desse direito.

14.2.2. Será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis, contado da aceitabilidade da intenção de recorrer, para o licitante interessado apresentar suas razões fundamentadas, exclusivamente via sistema em que foi realizada a disputa – ANEXO V – FOLHA DE DADOS (CGL 2.2), ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

14.3. Caberá ao pregoeiro receber, examinar e decidir os recursos, no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhando à autoridade competente, devidamente informados, quando mantiver a sua decisão.

14.3.1. A autoridade competente deverá proferir a sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento dos autos.

14.3.2. O recurso será conhecido pelo pregoeiro, se for tempestivo, se estiver fundamentado conforme as razões manifestadas no final da sessão pública, se estiver de acordo com as condições deste Edital e se atender às demais condições para a sua admissibilidade.

14.3.3. O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

15.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

15.2. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

16. DO TERMO DE CONTRATO

16.1. O adjudicatário terá o prazo previsto no ANEXO V – FOLHA DE DADOS (CGL 16.1), após formalmente convocado, para assinar o contrato.

16.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do contrato, a Administração poderá encaminhar ao adjudicatário, mediante correspondência eletrônica, o termo de contrato para assinatura eletrônica avançada, conforme § 1º do art. 3º do Decreto nº 56.671, de 26 de setembro de 2022.

16.3. Os prazos previstos nos subitens 16.1 e 16.2 poderão ser prorrogados, por igual período, por necessidade da Administração, ou por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

16.4. O prazo de vigência do contrato será o previsto no ANEXO V – FOLHA DE DADOS (CGL 16.4).

16.5. O(s) local(is) de execução do(s) serviço(s) será(ão) o(s) previsto(s) no ANEXO V – FOLHA DE DADOS (CGL 16.5).

16.6. Previamente à contratação, será realizada consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CFIL/RS e ao Cadastro Informativo – CADIN/RS, pelo contratante, para identificar possível impedimento relativo ao participante vencedor, cujo comprovante será anexado ao processo.

16.7. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, será facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

16.7.1. Caso o adjudicatário não assine o contrato, proceder-se-á à análise dos requisitos de habilitação dos licitantes remanescentes.

16.7.2. Os licitantes remanescentes ficam obrigados a atender à convocação, e a assinar o contrato no prazo fixado pela Administração, ressalvados os casos de vencimento das respectivas propostas, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de recusa.

16.8. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação, nos termos do subitem 16.7, a Administração, observados o valor estimado, poderá convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário.

16.9. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem 16.8, a Administração, observados o valor estimado, poderá adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória.

16.10. O gestor, os fiscais técnicos e fiscais administrativos do contrato estão indicados no ANEXO V – FOLHA DE DADOS (CGL 16.10).

17. DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO

17.1. Nas condições indicadas no ANEXO V – FOLHA DE DADOS (CGL 17.1), poderá ser estabelecido Acordo de Nível de Serviço – ANS por meio de ajuste escrito, anexo ao contrato, entre o adjudicatário e o órgão ou entidade, que define, de forma objetiva, os níveis esperados



de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações ao pagamento mensal, indicando parâmetros de desempenho, que servirão para aferir a sua execução pelo contratado.

18. DO PAGAMENTO

18.1. As condições para pagamento são as previstas na Cláusula Sexta da Minuta de Contrato, que compõe o Anexo I do presente Edital.

19. DO REAJUSTE

19.1. O contrato será reajustado conforme disposto na Cláusula Oitava do Termo de Contrato, que compõe o Anexo I do presente Edital e no ANEXO V – FOLHA DE DADOS (CGL 19.1).

20. DA FONTE DE RECURSOS

20.1. As despesas decorrentes do contrato objeto desta licitação correrão por conta de recurso orçamentário previsto no ANEXO V – FOLHA DE DADOS (CGL 20.1).

21. DAS OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO

21.1. O adjudicatário deverá atender às obrigações previstas na Cláusula Décima da Minuta de Contrato e as demais obrigações específicas ao objeto contratual estabelecidas no ANEXO V – FOLHA DE DADOS (CGL 21.1).

22. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

22.1. A garantia será prestada, conforme disposto na Cláusula Quinta da Minuta de Contrato, que compõe o Anexo I do presente Edital, no percentual indicado no ANEXO V – FOLHA DE DADOS (CGL 22.1).

22.2. Caso não seja observado o prazo fixado para apresentação da garantia, aplicar-se-á o disposto no subitem 23.4.6 deste Edital.

23. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. Das Infrações Administrativas

23.1.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o participante ou o contratado que:

23.1.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

23.1.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

23.1.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

23.1.1.4. deixe de entregar a documentação exigida para o certame;

23.1.1.5. não mantenha a proposta, salvo se a não manutenção decorrer de fato superveniente, devidamente justificado;



23.1.1.6. não celebre o contrato ou não entregue a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

23.1.1.7. enseje o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação, sem motivo justificado;

23.1.1.8. apresente declaração ou documentação falsa exigida para o certame, ou preste declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

23.1.1.9. fraude a licitação ou pratique ato fraudulento na execução do contrato;

23.1.1.10. comporte-se de modo inidôneo ou cometa fraude de qualquer natureza;

23.1.1.11. pratique atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

23.1.1.12. pratique ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

23.2. Do Processo Administrativo e das Sanções Administrativas

23.2.1. A aplicação de quaisquer das penalidades aqui previstas realizar-se-á em processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133/2021, e, subsidiariamente, na Lei nº 15.612, de 6 de maio de 2021.

23.2.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas, de acordo com a dosimetria estabelecida na norma indicada no ANEXO V – FOLHA DE DADOS (CGL 23.2.2), as seguintes sanções:

23.2.2.1. advertência, para a infração prevista no subitem 23.1.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

23.2.2.2. multa, nas modalidades:

23.2.2.2.1. compensatória, de até 10% sobre o valor da parcela inadimplida, para quaisquer das infrações previstas nos subitens 23.1.1.1. a 23.1.1.12;

23.2.2.2.2. moratória, pelo atraso injustificado na execução do contrato, de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

23.2.2.3. impedimento de licitar e contratar, para as infrações previstas nos subitens 23.1.1.2. a 23.1.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

23.2.2.4. declaração de inidoneidade para licitar e contratar, para as infrações previstas nos subitens 23.1.1.8. a 23.1.1.12.

23.3. Da Aplicação das Sanções

23.3.1. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

23.3.2. A aplicação de sanções não exime o licitante ou o contratado da obrigação de reparar os danos, perdas ou prejuízos que venha a causar ao ente público.

23.3.2.1. O valor previsto a título de multa compensatória será tido como mínimo da indenização devida à título de perdas e danos, competindo ao contratante provar o prejuízo excedente, nos termos do art. 416 do Código Civil - Lei nº 10.406/2002.

23.3.3. A multa de mora poderá ser convertida em multa compensatória, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Edital.

23.3.4 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

23.3.5. O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no instrumento, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados nos incisos do *caput* do art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

23.3.6. As sanções previstas neste item não elidem a aplicação das penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme o disposto no seu art. 30 ou nos arts. 337-E a 337-P, Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

23.3.7. Serão reputados como inidôneos atos como os descritos nos arts.337-F, 337-I, 337-J, 337-K, 337-L e no art. 337-M, §§ 1º e 2º, do Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

23.3.8. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade levam à inclusão do licitante no CFIL/RS.

23.4. Da execução da garantia contratual

23.4.1. O valor da multa poderá ser descontado da garantia contratual.

23.4.2. Se a multa for de valor superior ao da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo contratante.

23.4.3. Se os valores da garantia e das faturas forem insuficientes, fica o contratado obrigado a recolher a diferença devida, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

23.4.4. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo contratado ao contratante, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa não tributária.

23.4.5. Caso o valor da garantia seja utilizado, no todo ou em parte, para o pagamento da multa, essa deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias, contado da solicitação do contratante.

23.4.6. Em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

24. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

24.1. As atas serão geradas eletronicamente após o encerramento da sessão pública pelo pregoeiro.

24.1.1. Nas atas da sessão pública, deverão constar os registros dos licitantes participantes, das propostas apresentadas, da análise da documentação de habilitação, das manifestações de intenção de interposição de recursos, se for o caso, do respectivo julgamento dos recursos, e do vencedor da licitação;

24.1.2. Os demais atos licitatórios serão registrados nos autos do processo da licitação.

24.2. O licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital, pois a simples apresentação da proposta o vincula de modo incondicional ao competidor.



24.3. A falsidade de qualquer documento ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do licitante que o tiver apresentado, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

24.4. No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

24.4.1. É facultado ao pregoeiro ou à autoridade superior convocar os licitantes para quaisquer esclarecimentos necessários ao entendimento de suas propostas.

24.5. As informações, atas e relatórios pertinentes à presente licitação serão disponibilizados no site referido no ANEXO V – FOLHA DE DADOS (CGL 2.1), sem prejuízo às informações prestadas ao Portal Nacional de Contratações Públicas.

24.6. O contratado deverá conceder livre acesso aos seus documentos e registros contábeis, referentes ao objeto da licitação, para os servidores do órgão ou entidade contratante e dos órgãos de controle interno e externo.

24.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.8. O presente Edital, bem como a proposta vencedora, fará parte integrante do instrumento de contrato, como se nele estivessem transcritos.

24.9. Aplicam-se aos casos omissos as disposições constantes na Lei Federal nº 14.133/2021.

24.10. Prevalecerão as disposições deste Edital, em caso de divergência com as demais peças que compõem o processo.

24.11. Fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas a este Edital ou aos seus anexos.

24.12. Integram este Edital, ainda, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – MINUTA DE CONTRATO

ANEXO II – PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS (a ser preenchida pelo licitante vencedor)

ANEXO III – CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA PARA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (se for o caso)

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS ASSUMIDOS

ANEXO V – FOLHA DE DADOS

ANEXO VI – TERMO DE REFERÊNCIA

Novo Hamburgo, 17 de abril de 2026.



ANEXO I - MINUTA DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA Nº - EMERGENCIAL

Contrato celebrado entre ..., sito no(a) (endereço), representado neste ato pelo (nome do representante), doravante denominado CONTRATANTE, e (pessoa física ou jurídica), estabelecida no(a) (endereço), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº, representada neste ato por (representante do contratado), inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o nº, doravante denominado CONTRATADO, para a prestação dos serviços referidos na Cláusula Primeira - Do Objeto, de que trata o processo administrativo nº, em decorrência do Pregão Eletrônico nº .../... (número/ano), mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de [reproduzir o texto do ANEXO V – FOLHA DE DADOS (CGL 1.1)], que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, Anexo VI ao Edital.

1.2. Este contrato vincula-se ao Edital, identificado no preâmbulo, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço mensal a ser pago pelo contratante, referente à execução dos serviços contratados, é de R\$ _____ (_____), constante da proposta vencedora da licitação, entendido este como preço justo e suficiente para a total execução do presente objeto.

2.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO RECURSO FINANCEIRO

3.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta do seguinte recurso financeiro:

[Reproduzir texto do ANEXO V – FOLHA DE DADOS (CGL 20.1)]

Empenho nº: _____

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL E LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS



4.1. O prazo de duração do contrato é de [reproduzir o texto do ANEXO V – FOLHA DE DADOS (CGL 16.4)], contados a partir da data definida na ordem de início dos serviços.

4.2. A expedição da ordem de início dos serviços somente se efetivará após a assinatura do contrato e sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas.

4.3. O objeto do contrato será executado no(s) seguinte(s) local(is): [reproduzir o texto do ANEXO V – FOLHA DE DADOS (CGL 16.5)]

4.4. O prazo de duração do presente contrata não tem direito subjetivo a prorrogação contratual.

4.5 O prazo de duração desta contratação será de até 12 meses, contados a partir da data de publicação da referida sumula no Licitacon/RS, permanecendo vigente neste período enquanto não sobrevier a autorização do serviço decorrente da licitação pela CELIC/RS, através do SEI nº26/1956.9000055-8.

CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA

5.1. Será solicitada Garantia de Cumprimento do Contrato.

5.2. A garantia poderá ser realizada em uma das seguintes modalidades:

5.2.1. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

5.2.2. seguro-garantia, conforme Circular SUSEP nº 662 de 11 de abril de 2022;

5.2.2.1. havendo manifestação formal do adjudicatário pela opção pelo seguro garantia, o prazo para assinatura do contrato fica automaticamente prorrogado até 30 dias a partir da homologação.

5.2.2.2. a modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar expressamente todos os eventos indicados no item 5.5.

5.2.3. fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

5.3. O prazo para apresentação de qualquer uma das garantias será o previsto na CGL 16.1 e deverá ser previamente à assinatura do contrato.

5.3.1. O prazo para apresentação da garantia poderá ser prorrogado por igual período, a critério do contratante.

5.3.2. A inobservância do prazo fixado, inclusive dos previstos nas subcláusulas 5.9, 5.13 e 5.16, acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

5.3.3. O atraso na apresentação da garantia autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato, por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.4. [Reproduzir o texto do Anexo V - FOLHA DE DADOS (CGL 22.1)].



5.5. A garantia concedida deve assegurar o cumprimento de todas as obrigações estipuladas no contrato retromencionado, abrangendo o pagamento de:

5.5.1. prejuízos advindos do não cumprimento do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

5.5.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao contratado;

5.5.3. prejuízos causados ao contratante ou a terceiro decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato; e

5.5.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada.

5.6. O número do contrato deverá constar dos instrumentos de garantia a serem apresentados pelo garantidor.

5.7. Quando da abertura de processos para apuração de faltas contratuais, a fiscalização do contrato deverá notificar o fato à entidade garantidora, paralelamente às notificações para defesa prévia ao contratado.

5.8. A perda da garantia em favor da Administração, em decorrência de rescisão unilateral do contrato, far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial e sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato.

5.9. A garantia deverá ser integralizada no prazo máximo de 10 (dez) dias, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores ou quando houver alteração para acréscimo de objeto.

5.10. É vedada qualquer cláusula de exceção, principalmente em relação à garantia das verbas trabalhistas e previdenciárias.

5.11. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada mediante depósito bancário em instituição financeira previamente credenciada para este fim, em conta específica com correção monetária e em favor do contratante.

5.12. As garantias, com exceção do seguro-garantia, somente poderão ser resgatadas após o prazo de (3) três meses do término do contrato.

5.13. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

5.14. O contratante fica autorizado a utilizar a garantia para corrigir quaisquer imperfeições na execução do objeto do contrato ou para reparar danos decorrentes da ação ou omissão do contratado;

5.14.1. A autorização contida nesta subcláusula é extensiva aos casos de multas aplicadas depois de esgotado o prazo recursal.

5.15. A garantia prestada será retida definitivamente, integralmente ou pelo saldo que apresentar, no caso de rescisão por culpa do contratado, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

5.16. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o contratado se obriga a fazer a respectiva reposição, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da data em que for notificado.

5.17. O contratante não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:



5.17.1. caso fortuito ou força maior;

5.17.2. alteração, sem prévia anuência da entidade garantidora, das obrigações contratuais;

5.17.3. descumprimento das obrigações pelo contratado decorrentes de atos ou fatos praticados pela Administração;

5.17.4. atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Administração.

5.18. Caberá à própria Administração apurar a isenção da responsabilidade prevista nas subcláusulas 5.17.3 e 5.17.4, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pela Administração.

5.19. Para efeitos da execução da garantia, os inadimplementos contratuais deverão ser comunicados pelo contratante ao contratado e/ou à entidade garantidora, no prazo de até 3 (três) meses do conhecimento da ocorrência do sinistro.

5.20. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade, que não as previstas neste Contrato.

5.21. A garantia somente será liberada após comprovação do pagamento de todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias referentes à mão de obra utilizada.

5.21.1. Caso o pagamento de todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes da contratação não seja comprovado até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência do contrato, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas.

5.22. A garantia terá validade durante a execução do contrato e três meses após o término da vigência contratual.

5.23. Será considerada extinta a garantia com a devolução dos valores caucionados, autorização para liberação da fiança bancária ou, no caso de seguro-garantia, na ocorrência dos eventos previstos no artigo 26 da Circular SUSEP nº 662, de 11 de abril de 2022.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento deverá ser efetuado mediante a apresentação de Nota Fiscal ou da Fatura pelo contratado, que deverá conter o detalhamento dos serviços executados, e ser acompanhada de todos os documentos previstos nos itens 6.6.2, 6.6.7 e 6.6.8, conforme o caso, bem como do ateste previsto no item 11.12 deste contrato.

6.2. O pagamento do presente contrato será efetuado até o 5º dia útil contado da data de apresentação da Nota Fiscal/Fatura, que deverá ser protocolizada até o dia 10 (dez) do mês subsequente da prestação dos serviços.

6.2.1. Não sendo apresentada a nota fiscal ou a fatura pela contratada no prazo contratual, serão realizadas as seguintes providências:

6.2.1.1. o valor devido pela prestação de serviços será apurado pela contratante com base no ateste de serviço realizado pelo gestor do contrato com suporte nas informações do fiscal técnico.

6.2.1.2. após a retenção na forma prevista no artigo 14 do Decreto Estadual nº 58.399/2025, o valor líquido devido à contratada será destinado na forma do artigo 18 Decreto Estadual nº 58.399/2025, quando cabível.



6.2.1.3. apenas quando comprovado o pleno cumprimento do contrato administrativo, o valor restante constituir-se-á em crédito da contratada.

6.3. O documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da licitação e, nos casos em que a emissão for de outro estabelecimento da empresa, o documento deverá vir acompanhado das certidões negativas relativas à regularidade fiscal.

6.3.1. Quando o documento for de outro estabelecimento localizado fora do Estado, será exigida também certidão negativa relativa à Regularidade Fiscal junto à Fazenda Estadual do Rio Grande do Sul, independentemente da localização da sede ou filial do licitante.

6.4. Para efeito de desconto de eventuais faltas dos funcionários do contratado, será considerado o período de 23 do mês anterior a 22 do mês a que se refere a prestação dos serviços.

6.4.1. A protocolização somente poderá ser feita após a prestação dos serviços por parte do contratado.

6.5. O pagamento será efetuado por serviço efetivamente prestado e aceito.

6.5.1. A glosa do pagamento durante a execução contratual, sem prejuízo das sanções cabíveis, deverá ocorrer quando o contratado:

6.5.1.1. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar as atividades com a qualidade mínima exigida no contrato;

6.5.1.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada; ou

6.5.1.3. deixar de cumprir com as obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS, até o limite destas, ou deixar de comprovar o seu cumprimento.

6.6. É condição para o pagamento da Nota Fiscal/Fatura, o fornecimento por original, cópia ou qualquer outro meio admitido pela Administração, os documentos relacionados abaixo, conforme art. 10º do Decreto nº 58.399/2025, os quais deverão ficar arquivados junto ao contratante:

6.6.1. no primeiro mês da prestação dos serviços:

6.6.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, endereço, número da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, número do Programa de Integração Social - PIS e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, data de admissão, banco, agência e número da conta bancária, cargo ou função com Classificação Brasileira de Ocupações - CBO, local e horário do posto de trabalho, número do Registro Geral da carteira de identidade - RG, número da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, e a indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.6.1.2. documento emitido no e-Social pelo Empregador comprovando o devido registro do contrato de trabalho ("Dados Cadastrais e Contratuais do Empregado") dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços;

6.6.1.3. contrato de trabalho e ficha de registro de empregado;

6.6.1.4. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços e demais exames complementares, de acordo com as especificidades de cada cargo/função desempenhada;



6.6.1.5 . cópia do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, da contratada;

6.6.1.6. comprovante de entrega de equipamento de proteção individual; e

6.6.1.7. declaração acerca do compartilhamento de recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos.**6.6.2. Mensalmente, quando da apresentação da Nota Fiscal ou da Fatura dos serviços executados:**

6.6.2.1. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

6.6.2.2. prova de regularidade relativa ao Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS - CRF;

6.6.2.3. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

6.6.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

6.6.2.5. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale alimentação, entre outros) individualizados por trabalhador a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção , Acordo Coletivo de Trabalho ou o Dissídio Coletivo (respeitada, quando fixada, a norma coletiva paradigma do contrato), relativos ao mês da prestação dos serviços e de todos os empregados;

6.6.2.6. relação de empregados que atuaram no contrato, contendo admitidos, transferidos e desligados no período;

6.6.2.7. guias de recolhimento da contribuição previdenciária do contratado (Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF) com vencimento no período da nota fiscal ou da fatura acompanhadas de recibo de entrega do e-Social e da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF Web;

6.6.2.8. guias de recolhimento de FGTS dos empregados vinculados ao contrato (tomador) com vencimento no período da nota fiscal ou da fatura, na qual conste a relação de empregados vinculados ao contrato no mês da prestação dos serviços e o cálculo do FGTS;

6.6.2.9. cópia da folha de pagamento analítica do mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o órgão ou entidade contratante;

6.6.2.10. cópia dos contracheques dos empregados, relativos ao mês da prestação dos serviços;

6.6.2.11. recibos de pagamento assinados ou guias de depósitos bancários da remuneração dos empregados vinculados ao contrato no mês da prestação do serviço; e

6.6.2.12. registros de horário de trabalho (cartões-ponto ou folha-ponto), relativos ao mês da prestação dos serviços.

6.6.3. A qualquer tempo, quando solicitado pela administração pública contratante, quaisquer dos seguintes documentos:

6.6.3.1. extrato da conta do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, e do FGTS de qualquer empregado, a critério da administração pública contratante;

6.6.3.2. comprovantes de realização de cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato; e

6.6.3.3 . comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados ativos vinculados à contratada, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974, para contratações



em geral, e do art. 14 da Lei nº 14.967/2024, especificamente para os serviços de segurança privada.

6.6.4. Quando ocorrer o evento ou anualmente, o que suceder primeiro:

6.6.4.1. avisos e recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;

6.6.4.2. recibos assinados de décimo terceiro salário;

6.6.4.3. Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, ou relatório do e-Social com informação equivalente;

6.6.4.4. sentenças normativas, Acordos e Convenções Coletivas;

6.6.4.5. documento oficial no qual o empregado realocado conste na Relação de Trabalhadores já vinculado ao outro tomador ou esteja vinculado à prestadora (Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP);

6.6.4.6. aviso prévio, pedido de demissão, e termos de rescisão de contrato de trabalho, acompanhados de recibo de pagamento assinado, guia de depósito bancário ou termo de quitação das verbas rescisórias, extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS, exames médicos demissionais, guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, e prova da homologação da rescisão pelo sindicato, quando for obrigatória;

6.6.4.7. autorização para descontos salariais; e

6.6.4.8. outros documentos peculiares ao contrato de trabalho.

6.6.5. Quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato, sem prejuízo da apresentação dos documentos de que trata o item 6.6.4:

6.6.5.1. aviso prévio, pedido de demissão e termo de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, acompanhados de recibo de pagamento assinado, guia de depósito bancário ou termo de quitação das verbas rescisórias devidamente homologados pelo sindicato da categoria quando for obrigatório;

6.6.5.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

6.6.5.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

6.6.5.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados; e

6.6.5.5. documento que comprove a permanência do vínculo do trabalhador associado a outro tomador ou à sede da contratada.

6.6.6. Sempre que houver substituição ou admissão de novos(as) empregados(as) pelo contratado, os documentos elencados no item 6.6.1 deverão ser apresentados.

6.6.7. No caso de cooperativas:

6.6.7.1. mensalmente, comprovação de recolhimento da contribuição previdenciária do INSS em relação à parcela de responsabilidade do cooperado (DARF acompanhada de DCTFWeb);

6.6.7.2. mensalmente, comprovação de recolhimento da contribuição previdenciária em relação à parcela de responsabilidade da cooperativa (DARF acompanhada de DCTFWeb);

- 6.6.7.3. anualmente, comprovante de repartição de receitas e despesas entre os cooperados;**
- 6.6.7.4. comprovante da aplicação do Fundo Assistência Técnica Educacional e-Social - FATES;**
- 6.6.7.5. comprovante da aplicação em Fundo de Reserva; e**
- 6.6.7.6. eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as sociedades cooperativas.**
- 6.6.8. No caso de entidades diversas, tais como as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e as Organizações da Sociedade Civil, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações previstas na legislação que rege cada uma dessas entidades.**
- 6.7. Para fins de registro, guarda e arquivamento em Sistema Padrão Informatizado de Gestão de Contratos Públicos, a documentação referida neste artigo deverá ser apresentada pela contratada em meio eletrônico, seja documento nato-digital ou digitalizado na forma do Decreto Federal nº 10.278, de 18 de março de 2020, no formato PDF localizável, organizado em pastas por ano, por empregado e por tipo de documento, sendo cada arquivo de, no máximo, dez MB (megaBytes).**
- 6.7.1. Os documentos citados no item 6.6 deverão ser arquivados e guardados pela contratante, organizadamente, para verificação, acompanhamento e fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciária e relativas ao FGTS, e para apresentação, se necessária, perante a Justiça do Trabalho, pelo prazo de cinco anos da extinção do contrato.**
- 6.8. Caso o serviço não seja prestado fielmente e/ou apresente alguma incorreção, será considerado como não aceito, e o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização.**
- 6.9. Na fase da liquidação da despesa deverá ser efetuada consulta ao CADIN/RS, para fins de comprovação do cumprimento da relação contratual estabelecida, nos termos do disposto no artigo 92, inciso XVI, da Lei Federal nº 14.133/2021;**
- 6.9.1. Constatando-se situação de irregularidade do contratado junto ao CADIN/RS, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.**
- 6.9.2. Persistindo a irregularidade, o contratante poderá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurado ao contratado a ampla defesa.**
- 6.10. Os pagamentos a serem efetuados em favor do contratado, quando couber, estarão sujeitos às retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços do contratado, nos termos da legislação vigente.**
- 6.11. As empresas dispensadas de retenções deverão entregar declaração, anexa ao documento de cobrança, assinadas pelo representante legal, além de informar sua condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal.**
- 6.12. O contratante poderá reter, do valor da fatura do contratado, a importância correspondente ao inadimplemento contratual, até a regularização das obrigações assumidas pelo contratado.**
- 6.13. Caso constatado o inadimplemento das verbas trabalhistas, das contribuições previdenciárias e das relativas aos FGTS dos empregados, o contratado será intimado a comprovar o cumprimento das obrigações ou apresentar a folha do pessoal vinculado ao contrato, bem como as guias para recolhimento do FGTS e INSS dos trabalhadores vinculados**

ao contrato administrativo, de modo a possibilitar que a administração pública efetue o pagamento devido aos empregados, com desconto do valor da nota fiscal ou da fatura.

6.13.1. na hipótese de impossibilidade de intimação do contratado ou de inexistência de autorização prévia para que a administração pública efetue o pagamento devido aos empregados, o descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS ensejará o oferecimento dos valores em juízo para pagamento do débito, sem prejuízo das sanções cabíveis.

6.13.2. Em caso de pagamento direto de obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS, a administração pública adotará as seguintes providências:

6.13.2.1. o setor ou servidor responsável pela conferência e armazenamento dos documentos deverá emitir um relatório no qual conste o valor líquido a receber por cada empregado da empresa contratada, excluídas todas as alterações informadas à empresa no ateste do serviço;

6.13.2.2. o pagamento acima referido será efetivado mediante emissão de nota financeira individual a cada um dos trabalhadores com base na remuneração informada pela empresa contratada ou, na falta desta informação, com base nos valores percebidos no mês imediatamente anterior;

6.13.2.3. para a operacionalização do pagamento, o trabalhador será cadastrado no sistema Finanças Públicas do Estado - FPE, pela unidade responsável; e

6.13.2.4. será emitido demonstrativo de pagamento relativo ao contrato administrativo, bem como comprovantes individuais do valor disponibilizado pelo contratante ao trabalhador.

6.14. O pagamento pela administração pública das verbas destinadas ao pagamento das férias, do adicional de férias, do décimo terceiro salário, das verbas rescisórias dos trabalhadores da contratada, dos encargos previdenciários e sociais incidentes sobre os itens anteriores, e do FGTS incidente sobre férias, adicional de férias e décimo terceiro salário será realizado em conta vinculada para provisão de encargos trabalhistas e previdenciários.

6.14.1. A contratada autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, décimo terceiro salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições descritas a seguir:

6.14.1.1. parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;

6.14.1.2. parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;

6.14.1.3. parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, às férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato; e

6.14.1.4. ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.

6.14.2. A contratada deverá assinar, no ato da abertura da conta vinculada junto à instituição financeira previamente credenciada para esse fim, termo autorizando o contratante a acessar saldos e extratos da conta e a movimentar os valores depositados, nas situações previstas na Lei nº 16.110/2024 e no Decreto 58.399/2025.



6.14.3. O montante dos depósitos da conta vinculada será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização expressa do gestor ou fiscal do contrato e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

6.14.3.1. 13º (décimo terceiro) salário;

6.14.3.2. Férias e um terço constitucional de férias;

6.14.3.3. Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

6.14.3.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

6.14.4. O percentual correspondente à retenção das provisões para atendimento do item 6.14.3 será estabelecido por meio de Instrução Normativa expedida pela Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão - SPGG.

6.14.5. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice da poupança ou outro definido no acordo de cooperação firmado pelo órgão contratante com o banco público oficial, sempre escolhido o de maior rentabilidade.

6.14.6. Os valores referentes às provisões mencionadas neste contrato que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

6.14.7. Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

6.14.8. A empresa contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato, desde que vinculados à execução contratual.

6.14.8.1. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.

6.14.8.2. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa necessários para a validação fiscal.

6.14.8.3. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos vinculados ao contrato.

6.14.8.4. A empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

6.14.9. Após realizar o pagamento das obrigações trabalhistas previstas no item 6.14.3 ao trabalhador prestador de serviço, a empresa contratada poderá requerer o resgate dos valores depositados na conta vinculada, mediante solicitação formal ao órgão contratante, devidamente acompanhada dos documentos comprobatórios da despesa e do seu efetivo pagamento.



6.14.9.1. o órgão contratante deverá se manifestar no prazo máximo de cinco dias úteis, autorizando ou justificando a negativa.

6.14.10. O saldo remanescente da conta vinculada será liberado à contratada após o término do contrato quando comprovado o adimplemento de todas as obrigações trabalhistas e após o prazo de cinco anos do encerramento contratual, se não houver demandas trabalhistas em curso.

6.14.10.1. Na hipótese de reaproveitamento do empregado vinculado ao contrato extinto em outro contrato formalizado com a administração pública estadual, o saldo remanescente relativo às verbas trabalhistas daquele empregado será transferido para a conta vinculada ao contrato para o qual for realocado o empregado.

6.14.10.2. Permanecendo o trabalhador vinculado à empresa prestadora de serviço após o encerramento do contrato, os valores serão liberados às empresas conforme a quitação dos pagamentos e indenizações trabalhistas, permanecendo a conta-corrente vinculada - bloqueada para movimentação - ativa pelo tempo que for necessário, até o prazo de 5 (cinco) anos, sendo o órgão contratante responsável por autorizar a liberação de recursos nesse período conforme regulamento.

6.14.11. A aplicação contratual dos termos definidos no item 6.14 será efetivada somente após a assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre a contratada e a instituição financeira.

6.14.12. Nas situações previstas nos artigos 18 e 19 do Decreto 58.399/2025, o contratante poderá transferir, independentemente de autorização da contratada, os valores depositados na conta vinculada ao contrato em instituição financeira previamente credenciada.

6.14.12.1. a administração pública informará à instituição financeira o montante a ser transferido e a conta a ser creditada.

6.14.12.2. a Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão - SPGG e a instituição financeira estabelecerão, por instrumento próprio, o procedimento a ser adotado e o prazo máximo de atendimento às solicitações da administração pública estadual.

6.14.13. O saldo em conta vinculada permanecerá retido enquanto houver reclamatória trabalhista vinculada ao contrato.

6.14.13.1. após a comprovação de pagamento das verbas rescisórias dos trabalhadores vinculados ao contrato, o saldo poderá ser utilizado para compensação de pagamentos judiciais trabalhistas vinculados ao contrato.

6.14.14. Havendo qualquer disparidade entre os termos descritos no item 6.14 em relação a legislação vigente e suas futuras atualizações, prevalecerão os dispositivos legais.

6.15. Acordo de Nível de Serviços [reproduzir o item CGL 17.1 da FOLHA DE DADOS, se for o caso].

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

7.1. Os valores do presente contrato não pagos na data prevista serão corrigidos até a data do efetivo pagamento, *pro rata die*, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC, ou outro que venha a substituí-lo.

CLÁUSULA OITAVA – DA REPACTUAÇÃO E DO REAJUSTE DO PREÇO

8.1. [Reproduzir ANEXO V – FOLHA DE DADOS (CGL 19.1)].

CLÁUSULA NONA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

9.1. Caso o contratado pleiteie o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, fica o contratante obrigado a responder em até 30 (trinta) dias da data do requerimento.

9.1.1. O não cumprimento do prazo constante na subcláusula 9.1 não implica em deferimento do pedido por parte do contratante

9.2. Todos os documentos necessários à apreciação do pedido deverão ser apresentados juntamente com o requerimento.

9.3. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

10.1. Executar os serviços, conforme especificações contidas no Anexo VI - Termo de Referência, e na sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além do fornecimento dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários.

10.1.1. O contratado deverá apresentar no prazo de 10 (dez) dias após a divulgação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas, relação detalhada do material a ser utilizado na execução dos serviços, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, quando for o caso.

10.2. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar ao contratante a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.

10.3. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

10.4. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

10.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens do contratante, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução deste contrato, ficando o contratante autorizado a descontar da garantia, o valor correspondente aos danos sofridos.

10.5.1. O valor que exceder à garantia deverá ser descontado dos pagamentos devidos ao contratado.

10.6. Manter o empregado disponível nos horários predeterminados pela Administração.

10.7. Disponibilizar ao contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.



- 10.8. Atender às solicitações do contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela Administração, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço.**
- 10.9. Orientar seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração.**
- 10.10. Orientar seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato.**
- 10.11. Orientar seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes.**
- 10.12. Dispor de instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto contratado.**
- 10.13. Manter preposto formalmente designado nos locais de prestação de serviço, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato.**
- 10.14. Responder, nos prazos legais, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do serviço e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, indenizações, tributos, vale-refeição, vale-transporte, uniformes, crachás e outras que venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público.**
- 10.14.1. Os vales-refeição, vales-transporte e outros benefícios semelhantes deverão ser fornecidos ao empregado em montante suficiente para o período do mês-calendário, somente sendo permitido o fornecimento para período inferior a trinta dias no mês em que o empregado for contratado, ou nos casos de afastamentos previamente programados, tais como férias e licenças.**
- 10.15. Fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço, a fim de verificar as condições de execução.**
- 10.16. Comunicar ao contratante qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados.**
- 10.17. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do serviço objeto deste contrato.**
- 10.18. Realizar os treinamentos que se fizerem necessários para o bom desempenho das atribuições de seus empregados.**
- 10.19. Treinar seus empregados quanto aos princípios básicos de postura no ambiente de trabalho, tratamento de informações recebidas e manutenção de sigilo, comportamento perante situações de risco e atitudes para evitar atritos com servidores, colaboradores e visitantes do órgão.**
- 10.20. Coordenar e supervisionar a execução dos serviços contratados.**
- 10.21. Administrar todo e qualquer assunto relativo aos seus empregados.**
- 10.22. Assumir todas as responsabilidades e adotar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou acometidos de mal súbito, por meio do preposto.**
- 10.23. Instruir seus empregados quanto à prevenção de acidentes e de incêndios.**



10.24. Registrar e controlar, via sistema eletrônico biométrico de efetividade, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas, permitindo ao contratante o acesso ao controle de da efetividade, em tempo real, com a possibilidade extração em formato de planilha nas extensões .xls ou .csv., conforme regulamentação do Ministério do Trabalho e Previdência.

10.25. Cuidar da disciplina e da apresentação pessoal dos seus empregados.

10.26. Responsabilizar-se pelo transporte de seu pessoal até o local da prestação dos serviços, por meio próprio ou mediante -transporte, inclusive em casos de paralisação dos transportes coletivos.

10.27. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, comerciais e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao contratante.

10.28. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

10.29. Apresentar durante a execução do contrato, os documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas no presente contrato, previstos na Cláusula Sexta, item 6.6.

10.30. Apresentar, quando intimado, a folha do pessoal vinculado ao contrato, e autorizar a Administração a efetuar o pagamento devido aos empregados, com desconto do valor da Nota Fiscal ou Fatura, caso constatado o inadimplemento das verbas trabalhistas, das contribuições previdenciárias e das relativas ao FGTS.

10.30.1. O documento comprobatório deverá conter o nome dos colaboradores, o tempo de serviço, cargos ocupados e valores de remuneração por seus trabalhos, devidamente assinado pelo seu representante legal.

10.31. Informar endereço eletrônico para recebimento de correspondência oficial.

10.32. Atender às seguintes obrigações, decorrentes da Lei Federal nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD:

10.32.1. garantir que a gestão dos dados pessoais decorrentes do contrato ocorra com base nas Diretrizes e Normas Gerais da LGPD, que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

10.32.2. garantir que os dados pessoais envolvidos no objeto deste contrato não serão utilizados para compartilhamento com terceiros alheios ao objeto de contratação, tampouco utilizados para finalidade avessa à estipulada por este documento, salvo casos previstos em lei.

10.32.3. garantir que os dados regulamentados pela LGPD estarão armazenados dentro do território nacional, salvo exceções de comum acordo com o contratante.

10.32.4. se abster de analisar o comportamento dos titulares dos dados regulados pela LGPD, com o objetivo de divulgação a terceiros, conduta esta que é expressamente vedada pelo presente contrato.

10.32.5. garantir que a execução do objeto da contratação esteja plenamente adequada à LGPD, permitindo auditorias solicitadas pelo contratante.



10.33. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

10.34. Responder diretamente por quaisquer perdas, danos ou prejuízos que vierem a causar ao contratante ou a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, na execução do contrato, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

10.35. O contratado deverá comprovar que possui Programa de Integridade se o prazo de vigência a que se refere a subcláusula 4.1 for igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias e o valor total da contratação a que se refere a subcláusula 2.1 for superior ao valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), atualizado pela variação da UPF/RS até o ano da assinatura do contrato.

10.35.1. A comprovação da exigência de Programa de Integridade se dará com a apresentação do Certificado de Apresentação de Programa de Integridade, fornecido pela Contadoria e Auditoria-Geral do Estado.

10.35.1.1. Caso o contratado seja um consórcio de empresas, a empresa líder do consórcio deverá obter o Certificado de Apresentação do Programa de Integridade.

10.35.2. Será de 180 (cento e oitenta) dias corridos, a contar da data de celebração do contrato, o prazo para obter o Certificado de Apresentação do Programa de Integridade.

10.35.3. Caberá ao contratado custear as despesas relacionadas à implantação do Programa de Integridade.

10.35.4. Observar-se-á, para a apresentação e avaliação do Programa de Integridade, as disposições da Lei nº 15.228, de 25 de setembro de 2018, do Decreto nº 55.631, de 9 de dezembro de 2020, e da Instrução Normativa CAGE nº 6, de 23 de dezembro de 2021.

10.36. Entregar a documentação disposta no item 6.6 deste contrato.

10.37. Efetivar o pagamento dos salários dos empregados até o quinto dia útil, em horário bancário, do mês subsequente ao da prestação de serviço, o qual não está condicionado ao pagamento mensal do contrato de prestação de serviços pela administração pública.

10.38. [Reproduzir, se for o caso, outras obrigações específicas previstas no ANEXO V – FOLHA DE DADOS (CGL 21.1)].

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.1. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidores designados para esse fim, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, quando for o caso:

11.1.1. os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

11.1.2. os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;



11.1.3. a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

11.1.4. a adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;

11.1.5. o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e

11.1.6. a satisfação do público usuário.

11.2. Conceder prazo para o contratado regularizar suas obrigações trabalhistas, suas condições de habilitação ou eventuais falhas verificadas na execução dos serviços, quando não identificar má-fé ou incapacidade de corrigir a situação.

11.3. Não permitir que os empregados do contratado realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista.

11.4. Efetuar o pagamento mensal devido pela execução dos serviços, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços do contratado, nos termos da legislação vigente e da subcláusula 6.10 deste Contrato.

11.6. Não praticar atos de ingerência na administração do contratado, tais como:

11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados do contratado, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ele indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa contratada;

11.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores do contratado, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; ou

11.6.4. considerar os trabalhadores do contratado como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

11.7. Estabelecer e publicizar canal de comunicação para recebimento de notificações formais do trabalhador, do sindicato, do Ministério do Trabalho, do Ministério Público e da Defensoria Pública sobre a execução do contrato e o cumprimento das suas obrigações.

11.8. Monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degradação, devendo intervir para corrigir ou aplicar sanções quando verificar um viés contínuo de desconformidade da prestação do serviço à qualidade exigida.

11.9. Comunicar à autoridade responsável, sempre que o gestor ou o fiscal técnico do contrato, verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada - sem perda da qualidade na execução do serviço - para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.10. Verificar a conformidade do material utilizado na execução dos serviços juntamente com o documento da contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: qualidade e forma de uso.



11.11. Promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.12. Atestar a execução dos serviços contratados, bem como receber, analisar e emitir declaração de conformidade dos documentos para ser anexada no processo de liquidação da fatura, mantendo lista de empregados atualizada com os dados cadastrais, o início e o término de labor no contrato administrativo.

11.12.1. Além da verificação de cumprimento das obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, o ateste certificará as condições de segurança, higiene e salubridade dos trabalhadores, quando o trabalho for realizado em dependências do contratante ou local previamente convencionado em contrato.

11.13. Comunicar ao contratado, sempre que constatadas faltas ou irregularidades, para correção e, quando for o caso, para pagamento de eventuais parcelas inadimplidas por parte do empregador.

11.13.1. Será válida a notificação realizada por meio eletrônico, encaminhada ao endereço informado, na forma do item 10.31 deste contrato, para recebimento de correspondências oficiais.

11.14. Analisar a situação e emitir decisão expressa, sempre que recebida solicitação ou reclamação - preferencialmente por escrito - relacionadas à execução dos contratos, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou sem relevância para a adequada execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Das Infrações Administrativas

12.1.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o contratado que:

12.1.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.1.4. enseje o retardamento da execução ou da entrega do objeto do contrato, sem motivo justificado, o qual se configura quando o contratado:

12.1.1.4.1. deixe de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 7 (sete) dias contados da data da ordem de serviço;

12.1.1.4.2. deixe de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato por 3 (três) dias seguidos ou por 10 (dez) dias intercalados.

12.1.1.5. apresente declaração ou documentação falsa, ou preste declaração falsa durante a execução do contrato;

12.1.1.6. pratique ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.1.7. comporte-se de modo inidôneo ou cometa fraude de qualquer natureza;

12.1.1.8. pratique ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013; ou

12.1.1.9 deixe de apresentar a documentação prevista no art. 50 da Lei Federal nº 14.133/2021, na forma e nos prazos previstos na subcláusula 6.6 deste contrato.

12.2. Do Processo Administrativo e das Sanções Administrativas

12.2.1. A aplicação de quaisquer das penalidades aqui previstas realizar-se-á em processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133/2021, e, subsidiariamente, na Lei nº 15.612, de 6 de maio de 2021.

12.2.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas, de acordo com a dosimetria estabelecida na norma indicada no ANEXO V – FOLHA DE DADOS (CGL 23.2.2), as seguintes sanções:

12.2.2.1. advertência, para a infração prevista na subcláusula 12.1.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.2.2.2. multa, nas modalidades:

12.2.2.2.1. compensatória, de até 10% sobre o valor da parcela inadimplida, para quaisquer das infrações previstas nas subcláusulas 12.1.1.1. a 12.1.1.9;

12.2.2.2.2. moratória, pelo atraso injustificado na execução do contrato, de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

12.2.2.2.3. moratória, pela não obtenção do Certificado de Apresentação de Programa de Integridade dentro do prazo referido na subcláusula 10.35.2, de até 0,02% (dois centésimos por cento) por dia de atraso sobre o valor do contrato, até o limite de 10% (dez por cento).

12.2.2.3. impedimento de licitar e contratar, para as infrações previstas nas subcláusulas 12.1.1.2. a 12.1.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.2.2.4. declaração de inidoneidade para licitar e contratar, para as infrações previstas nas subcláusulas 12.1.1.5. a 12.1.1.8.

12.3. Da Aplicação das Sanções

12.3.1. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

12.3.2. A aplicação de sanções não exime o contratado da obrigação de reparar os danos, perdas ou prejuízos que venha a causar ao ente público.

12.3.2.1. O valor previsto a título de multa compensatória será tido como mínimo da indenização devida à título de perdas e danos, competindo ao contratante provar o prejuízo excedente, nos termos do art. 416 do Código Civil - Lei nº 10.406/2002.

12.3.3. A multa de mora poderá ser convertida em multa compensatória, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Edital.

12.3.4 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

12.3.5. O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no instrumento, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados nos incisos do *caput* do art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.



12.3.6. As sanções previstas neste item não elidem a aplicação das penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme o disposto no seu art. 30, nos arts. 337-E a 337-P, Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), ou na Lei estadual nº 15.228, de 25 de setembro de 2018, em especial seu art. 41.

12.3.7. Serão reputados como inidôneos atos como os descritos nos arts.337-F, 337-I, 337-J, 337-K, 337-L e no art. 337-M, §§ 1º e 2º, do Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

12.3.8. As sanções de suspensão e de declaração de inidoneidade levam à inclusão do licitante no CFIL/RS.

12.3.9. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Edital.

12.3.10. A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

12.4. Da execução da garantia contratual

12.4.1. O valor da multa poderá ser descontado da garantia contratual.

12.4.2. Se a multa for de valor superior ao da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo contratante.

12.4.3. Se os valores da garantia e das faturas forem insuficientes, fica o contratado obrigado a recolher a diferença devida, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

12.4.4. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo contratado ao contratante, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa não tributária.

12.4.5. Caso o valor da garantia seja utilizado, no todo ou em parte, para o pagamento da multa, essa deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias, contado da solicitação do contratante.

12.4.6. Em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO ANTECIPADA

13.1. O presente Contrato poderá ser extinto antecipadamente por interesse da Administração nas hipóteses do art. 137 com as consequências previstas no art. 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo a decisão ser formalmente motivada, assegurando-se ao contratado o contraditório e a ampla defesa.

13.2. O presente Contrato poderá ser extinto antecipadamente por interesse do contratado nas hipóteses do art. 137, §2º, com as consequências previstas no art. 138, §2º da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.3. A extinção antecipada do contrato deverá observar os seguintes requisitos:

13.3.1. levantamento dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.3.2. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;



13.3.3. apuração de indenizações e multas; e

13.3.4. notificação dos emitentes da garantia prevista na cláusula quinta deste contrato, quando cabível.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS VEDAÇÕES

14.1. É vedado ao contratado:

14.1.1. caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira;

14.1.2. interromper a execução dos serviços, sob alegação de inadimplemento por parte do contratante, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

17.1. Se qualquer das partes relevar eventual falta relacionada com a execução deste contrato, tal fato não significa liberação ou desoneração a qualquer delas.

17.2. No caso de ocorrer greve de caráter reivindicatório entre os empregados do contratado cabe a ele resolver imediatamente a pendência.

17.3. As partes considerarão cumprido o contrato no momento em que todas as obrigações aqui estipuladas estiverem efetivamente satisfeitas, nos termos de direito e aceitas pelo contratante.

17.4. O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em extinção contratual, conforme disposto nos arts. 137 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.5. Quando da extinção ou da rescisão contratual, o fiscal deve verificar o pagamento pela contratada das verbas rescisórias ou a comprovação de que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho, mediante apresentação de documento oficial no qual os empregados realocados constem na



relação de trabalhadores já vinculados aos outros tomadores ou estejam vinculados à prestadora (guia GFIP), bem como documento em que formalizada realocação em outro tomador, no qual conste a ciência dos envolvidos..

17.6. Até que a contratada comprove o disposto no item 17.5, o contratante deverá reter os valores das faturas ainda não pagas, podendo utilizá-los para o pagamento direto aos empregados no caso de a empresa não comprovar os pagamentos no prazo, tampouco regularizá-los no prazo concedido na forma do parágrafo único do art. 14 do Decreto 58.399/2025.

17.6.1. A providência de que trata o item 17.6 não implica extinção ou absorção da garantia prestada, da qual será descontada eventual diferença remanescente.

17.7. O contratante concorda com os requisitos e disposições do Decreto nº 58.399/2025, em especial com a retenção do pagamento em caso de descumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.

17.8. A administração pública poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS, bem como suas condições de habilitação, desde que não haja indícios de má-fé ou incapacidade de sanar a irregularidade.

17.8.1. Persistindo a situação de irregularidade, será instaurado processo para apuração de infração administrativa, nos termos do art. 155 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, e observado o disposto no art. 18 do Decreto 58.399/2025.

17.8.2. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis, decorrentes de procedimento para apuração da conduta, em que seja garantida defesa e contraditório por parte do contratado.

17.9. Haverá consulta prévia ao CADIN/RS, pelo órgão ou entidade competente, nos termos da Lei nº 10.697/1996, regulamentada pelo Decreto nº 36.888/1996.

17.10. O presente contrato somente terá eficácia após a assinatura das partes e divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas.

17.10.1. Nos casos de urgência, a eficácia se dará a partir da assinatura das partes, permanecendo a exigência da divulgação no PNCP no prazo de 10 dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. Fica eleito o Foro de Porto Alegre, como o competente para dirimir quaisquer questões advindas deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro.

18.2. E, assim, por estarem as partes ajustadas e acordadas, lavram e assinam este contrato, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que produza seus jurídicos efeitos.

Novo Hamburgo, ____ de _abril de 2026.

CONTRATANTE

[Nome da autoridade competente]

[Nome do cargo]

CONTRATADO

[Representante]

[Procurador/cargo]



ANEXO II - PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Nota (1) Esta planilha poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive adaptar rubricas e suas respectivas provisões e ou estimativas, desde que devidamente justificado.

	Nº Processo	
	Licitação Nº	

Dia ___/___/___ às ___:___ horas

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município(s)	
C	Ano/Mês Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	
D	Serviço	
E	Unidade de medida	
F	Quantidade (total) a contratar (em função da unidade de medida)	
G	Nº de meses de execução contratual	

Unidade de medida – tipos e quantidades

1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Quantidade
-		
-		

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra

2	Salário mínimo oficial vigente	
3	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)	

Nota (2): Deverão ser informados os valores unitários por empregado

MONTANTE A

I	Remuneração – Grupo I	%	Valor Mensal / unidade de serviço (R\$)
1	Salário		
2	Adicional Noturno		
3	Adicional Periculosidade		
4	Adicional Insalubridade		
5	Outros (especificar)		
	Total de Remuneração		



II	Encargos Sociais - Grupo II: Obrigações Sociais	%	Valor Mensal / unidade de serviço (R\$)
1	INSS		
2	SESI ou SESC		
3	SENAI ou SENAC		
4	INCRA		
5	SALÁRIO EDUCAÇÃO		
6	FGTS		
7	SEGURO ACIDENTE DO TRABALHO (1%, 2% e 3% conforme art. 22, inc. II da Lei nº 8.212/91)		
8	SEBRAE		
III	Encargos Sociais - Grupo III: Tempo Não Trabalhado	%	Valor Mensal / unidade de serviço (R\$)
1	FÉRIAS GOZADAS + ADICIONAL DE FÉRIAS		
2	FALTAS ABONADAS ⁽³⁾		
3	LICENÇA MATERNIDADE		
4	LICENÇA PATERNIDADE		
5	FALTAS LEGAIS ⁽⁴⁾		
6	ACIDENTE DE TRABALHO		
7	AVISO PRÉVIO TRABALHADO		
8	13º SALÁRIO		

Nota (3) Faltas Justificadas por Auxílio Doença.

Nota (4) Faltas Legais - Art. 473 CLT.

IV	Encargos Sociais - Grupo IV: Indenizações	%	Valor Mensal / unidade de serviço (R\$)
1	INDENIZAÇÕES		
2	FGTS SOBRE INDENIZAÇÕES		
3	INDENIZAÇÃO COMPENSATÓRIA POR DEMISSÃO SEM JUSTA CAUSA		



V	Encargos Sociais - Grupo V: Incidência	%	Valor Mensal / unidade de serviço (R\$)
1	INCIDÊNCIA GRUPO II (Obrigações Sociais) X GRUPO III (Tempo Não Trabalhado)		

TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS (II + III + IV + V): ____ %; R\$ _____.

VI	Demais custos relativos à Norma Coletiva ou Disposições Legais	%	Valor Mensal / unidade de serviço (R\$)
1	Auxílio alimentação (Vales, Cesta Básica, etc.)		
2	Vale-Transporte		
3	Outros (especificar)		

TOTAL DO MONTANTE A: _____ % ; R\$ _____

MONTANTE B

I	Despesas Diretas	%	Valor Mensal / unidade de serviço (R\$)
1	Transporte(5)		
2	Uniformes/EPI (5a)		
3	Seguro de vida		
4	Materiais/Equipamentos		
5	Mobilização(6)		
6	Outros (especificar)		

Nota (5): Somente será preenchido quando o licitante fornecer transporte próprio.

Nota (5a): EPI – Equipamento de Proteção Individual.

Nota (6): Tais custos de mobilização não são renováveis, devendo ser eliminados após o primeiro ano do contrato caso haja prorrogação.

II	Despesas Indiretas	%	Valor Mensal / unidade de serviço (R\$)
----	--------------------	---	---



1	Despesas Administrativas		
2	Seguros		

III	Lucro	%	Valor Mensal / unidade de serviço (R\$)
1	Lucro		

TOTAL DO MONTANTE B: _____ % ; R\$ _____

MONTANTE C

I	Tributos⁽⁷⁾	%	Valor Mensal / unidade de serviço (R\$)
1	PIS		
2	COFINS		
3	ISSQN		
4	SIMPLES⁽⁸⁾		
5	OUTROS (especificar)		

Nota (7): O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

Nota (8): As empresas optantes pelo SIMPLES que se enquadrem nas exceções previstas nos parágrafos 5º-B a 5º-E do artigo 18 da Lei Complementar 123/2006, deverão preencher apenas a linha 4 da planilha.

TOTAL DO MONTANTE C: _____ % ; R\$ _____

QUADROS-RESUMO

Montante A			
	Classificação	%	Valor Mensal / unidade de serviço (R\$)
1	Remuneração		
2	Encargos Sociais (II + III + IV + V)		
3	Demais Custos relativos a Norma Coletiva ou Disposições Legais		
	Total		

Montante B



	Classificação	%	Valor Mensal / unidade de serviço (R\$)
1	Despesas Diretas		
2	Despesas Indiretas		
3	Lucro		
	Total		

Montante C			
	Classificação	%	Valor Mensal / unidade de serviço (R\$)
1	Tributos		

QUADRO RESUMO DO CONTRATO			
Serviço	Valor Mensal por Unidade de Serviço (A+B+C)	Quantidade de Unidade de Serviços	Valor mensal do serviço
Valor Mensal do Contrato			

Nota (9): O contratado deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, inclusive para os custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como o valor provido com o quantitativo de vale-transporte.

ISSQN de Novo Hamburgo (serviços limpeza, jardineiro, serventes): 2%

ISSQN de Novo Hamburgo Pedreiro: 3%

Transporte Coletivo de Novo Hamburgo\$ 5,20

ANEXO III - CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA PARA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (Modelo)

1. Pela presente, o (a) [nome da instituição fiadora] com sede em [endereço completo], por seus representantes legais infra-assinados, declara que se responsabiliza como fiador e principal pagador, com expressa renúncia dos benefícios estatuídos no Artigo 827, do Código Civil Brasileiro, da empresa (nome da empresa), com sede em [endereço completo], até o limite de R\$ [valor da garantia] (valor por extenso) para efeito de garantia à execução do contrato nº [número do contrato, formato xx/ano], decorrente do processo licitatório [modalidade e número do instrumento convocatório da licitação – ex.: PE nº xx/ano], firmado entre a afiançada e o(a)[órgão/entidade]para [objeto da licitação].

2. A fiança ora concedida visa garantir o cumprimento, por parte de nossa afiançada, de todas as obrigações estipuladas no contrato retromencionado, abrangendo o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;**
- b) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao contratado;**
- c) prejuízos causados ao contratante ou a terceiro decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato; e**
- d) obrigações previdenciárias e/ou trabalhistas não adimplidas pelo contratado.**

3. Esta fiança é válida por (prazo, contado em dias, correspondente à vigência do contrato) (valor por escrito) dias, contados a partir de (data de início da vigência do contrato), vencendo-se, portanto em dd de mmmm de aaaa.

4. Na hipótese de inadimplemento de qualquer das obrigações assumidas pela afiançada, o (a) (nome da instituição fiadora) efetuará o pagamento das importâncias que forem devidas, no âmbito e por efeito da presente fiança, até o limite acima estipulado, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do recebimento de comunicação escrita do [órgão/entidade].

5. A comunicação de inadimplemento deverá ocorrer até o prazo máximo de 3 (três) meses após o vencimento desta fiança.

6. Nenhuma objeção ou oposição da nossa afiançada será admitida ou invocada por este fiador com o fim de escusar-se do cumprimento da obrigação assumida neste ato e por este instrumento perante o [órgão/entidade].

7. Obriga-se este fiador, outrossim, pelo pagamento de quaisquer despesas judiciais e/ou extrajudiciais, bem assim por honorários advocatícios, na hipótese de o [órgão/entidade] se ver



compelido a ingressar em juízo para demandar o cumprimento da obrigação a que se refere a presente fiança.

8. Se, no prazo máximo de 3 (três) meses após a data de vencimento desta Carta de Fiança, o (a) (nome da instituição fiadora) não tiver recebido do(a)[órgão/entidade] qualquer comunicação relativa a inadimplemento da afiançada, ou termo circunstanciado de que a afiançada cumpriu todas as cláusulas do contrato, acompanhado do original desta Carta de Fiança, esta fiança será automaticamente extinta, independentemente de qualquer formalidade, aviso, notificação judicial ou extrajudicial, deixando, em consequência, de produzir qualquer efeito e ficando o fiador exonerado da obrigação assumida por força deste documento.

9. Declara, ainda, este fiador, que a presente fiança está devidamente contabilizada e que satisfaz às determinações do Banco Central do Brasil e aos preceitos da legislação bancária aplicáveis e, que, os signatários deste Instrumento estão autorizados a prestar a presente fiança.

10. Declara, finalmente, que está autorizado pelo Banco Central do Brasil a expedir Carta de Fiança Bancária e que o valor da presente se contém dentro dos limites que lhe são autorizados pela referida entidade federal.

(Local e data)

(Instituição garantidora)

(Assinaturas autorizadas)



ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Declaração de Contratos Firmados com a Administração Pública e com a Iniciativa Privada

Edital 9002/2026

Declaramos que a empresa ____, inscrita no CNPJ nº ____, possui os seguintes contratos firmados com a administração pública e com a iniciativa privada:

Contratante	CNPJ Nº	Nº do contrato	Data de assinatura	Data de vigência	Valor total inicial	Valor a executar
				Valor total dos contratos		

Patrimônio líquido atualizado pelo IGPM: ____

Cálculo 1: (Valor do Patrimônio Líquido / Valor total contratos a executar) x 12 > 1

$$\frac{\text{Valor do Patrimônio Líquido}}{\text{Valor total contratos a executar}} \times 12 > 1$$

Cálculo 2: (Valor Receita Bruta - Valor total contratos a executar) / Valor Receita Bruta x 100 = X%

$$\frac{(\text{Valor da Receita Bruta} - \text{Valor total contratos a executar})}{\text{Valor da Receita Bruta}} \times 100 = X\%$$

Obs.: Caso o percentual encontrado seja maior que 10% (positivo ou negativo), a licitante deverá apresentar, concomitantemente, as devidas justificativas.

Justificativa (para hipótese do art. 3º, § 3º, IV, da Instrução Normativa CAGE nº 11/2023):

Local e data,

Assinatura e identificação do emissor



ANEXO V - FOLHA DE DADOS

Cláusula das Condições Gerais de Licitação (CGL)	Complemento ou Modificação
Preâmbulo	A Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha, por intermédio da Subsecretaria Central de Licitações – CELIC.
CGL 1.1	1.1 Prestação de serviços contínuos de limpeza, asseio, jardinagem, manutenção e conservação predial, com o fornecimento de mão-de-obra especializada, saneantes domissanitários, ferramentas, materiais e equipamentos, visando adequadas condições de limpeza, conservação, salubridade e higiene no prédio, e respectivo terreno.
CGL 2.1	Local de disponibilização do Edital: www.compras.rs.gov.br ou www.celic.rs.gov.br. Pedidos de esclarecimentos e impugnações: deverão ser encaminhados exclusivamente pelo Sistema Eletrônico: www.compras.rs.gov.br, na área de Informações do Edital. Recursos: mediante login no portal www.compras.rs.gov.br. Credenciamento Pessoa Física e Jurídica: portaldofornecedor.rs.gov.br Orientações sobre procedimentos e fundamentação legal para os atos da fase externa dos certames processados pela CELIC encontram-se no link: http://celic.rs.gov.br/orientacoes-gerais-aos-licitantes
CGL 2.2	Endereço eletrônico do ambiente de disputa: www.compras.rs.gov.br
CGL 3.1	Data: 22/04/2026 Horário: 14:00
CGL 4.1.1	ATENÇÃO: O CÁLCULO PARA DEFINIR SE É PREFERENCIAL OU EXCLUSIVO É PELO VALOR ANUAL, E NÃO PELO TOTAL DO CONTRATO. () Participação preferencial de microempresa e empresa de pequeno porte.



	<p style="text-align: center;">ENTRE R\$ 80.000,00 E R\$ 4.800.000,00 ANUAL E QUANDO FOR REPETIÇÃO</p> <p style="text-align: center;">() Participação exclusiva de microempresa e empresa de pequeno porte. ABAIXO DE R\$ 80.000,00 ANUAL.</p> <p style="text-align: center;">() Participação preferencial ou exclusiva de microempresa e empresa de pequeno porte, conforme definido em cada lote do Termo de referência. UM LOTE ABAIXO DE R\$ 80.000,00 E OUTRO ACIMA DE R\$ 80.000,00 ANUAL.</p> <p style="text-align: center;">() Sem tratamento preferencial conforme subitem 5.10 do Edital. ACIMA DE R\$ 4.800.000,00 ANUAL.</p>
CGL 4.1.3	<p>Será permitida participação de Consórcio:</p> <p>I – Será permitida a participação de Consórcio, nas seguintes condições:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Impedimento de participação de empresa consorciada, na mesma licitação, através de mais de um consórcio ou isoladamente;b) Responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação, quanto na de execução do contrato;c) Obrigatoriedade de constituição e registro do consórcio antes da celebração do contrato, nos termos do compromisso subscrito pelos consorciados;d) Credenciamento e operação no Sistema de Compras Eletrônicas pela empresa líder do consórcio. <p>II – Para fins de Habilitação, os Consórcios deverão apresentar os seguintes documentos:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Comprovação do compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados;b) Indicação da empresa líder do consórcio, que deverá:<ul style="list-style-type: none">b.1) responsabilizar-se por todas as comunicações e informações perante o contratante;b.2) responsabilizar-se pelo contrato a ser firmado, sob os aspectos técnicos e administrativos, com poderes expressos inclusive para transferir, requerer, receber e dar quitação, tanto para fins deste Pregão, quanto na execução do contrato, sem prejuízo da responsabilidade de cada um dos consorciados;b.3) ter poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente pelo consórcio;



	<p>b.4) ter poderes expressos para representar o consórcio em todas as fases deste Pregão, podendo inclusive interpor e desistir de recursos, assinar contratos e praticar todos os atos necessários visando à perfeita execução de seu objeto até a sua conclusão;</p> <p>c) os previstos neste Edital no item referente à Habilitação, por parte de cada consorciado, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, e, para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação.</p> <p>c.1) O consórcio deverá comprovar sua qualificação econômico-financeira com acréscimo de 10 (dez) dos valores exigidos para o licitante individual.</p> <p>c.2) O acréscimo de que trata o subitem c.1 não se aplica para os consórcios compostos, em sua totalidade, por micro e pequenas empresas, assim definidas em lei.</p>												
CGL 4.2.5	Não será permitida a participação de Cooperativa de Trabalho.												
CGL 7.2	A proposta terá prazo de validade de 60 (sessenta) dias.												
CGL 10.3	<p>DISPUTA DE LANCES PELO MENOR PREÇO MENSAL.</p> <table border="1"><thead><tr><th><u>Lote</u></th><th><u>Descrição</u></th><th><u>Unidade de medida</u></th><th><u>Quantidade total do contrato (meses)</u></th><th><u>Valor unitário (mensal)</u></th><th><u>Valor total (valor unitário x quantidade)</u></th></tr></thead><tbody><tr><td>1</td><td>Contratação de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXX posto(s) de trabalho.</td><td>Mês</td><td></td><td></td><td></td></tr></tbody></table>	<u>Lote</u>	<u>Descrição</u>	<u>Unidade de medida</u>	<u>Quantidade total do contrato (meses)</u>	<u>Valor unitário (mensal)</u>	<u>Valor total (valor unitário x quantidade)</u>	1	Contratação de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXX posto(s) de trabalho.	Mês			
<u>Lote</u>	<u>Descrição</u>	<u>Unidade de medida</u>	<u>Quantidade total do contrato (meses)</u>	<u>Valor unitário (mensal)</u>	<u>Valor total (valor unitário x quantidade)</u>								
1	Contratação de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXX posto(s) de trabalho.	Mês											
CGL 10.5.1	0,01%.												



CGL 12.1.3	GRUPO II: OBRIGAÇÕES SOCIAIS	
	INSS	20,0000%
	SESI ou SESC	1,5000%
	SENAI ou SENAC	1,0000%
	INCRA	0,2000%
	SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,5000%
	FGTS	8,0000%
	SEGURO ACIDENTE DO TRABALHO (1%, 2% e 3% conforme art. 22, inc. II da Lei nº 8.212/91)	3,0000%
	SEBRAE	0,6000%
	GRUPO III: TEMPO NÃO TRABALHADO	
	FÉRIAS + ADICIONAL DE FÉRIAS	11,9314%
	FALTAS ABONADAS	2,0479%
	FALTAS LEGAIS	1,2123%
	LICENÇA MATERNIDADE	1,1436%
	LICENÇA PATERNIDADE	0,0174%
	ACIDENTE DE TRABALHO	0,0442%
	AVISO PRÉVIO TRABALHADO	0,0185%
	13º SALÁRIO	9,0790%
	GRUPO IV: INDENIZAÇÕES	
	INDENIZAÇÕES	2,3627%
	FGTS SOBRE INDENIZAÇÕES	0,1717%
	INDENIZAÇÃO COMPENSATÓRIA POR DEMISSÃO S/JUSTA CAUSA	0,9451%
	GRUPO V – INCIDÊNCIA DO GRUPO II	
	INCIDÊNCIA GRUPO II x (GRUPO III)	9,3819%
	TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS	75,155
		7%
	ISSQN de Novo Hamburgo por Função: Pedreiro: 3% Outras Funções: 2%	



	<p>Transporte urbano de Novo Hamburgo: R\$ 5,20</p> <p>A Licitante, quando convocada para o envio de sua proposta final e planilha de custos e formação de preços deverá, obrigatoriamente, encaminhar:</p> <p>A) a prova do Fator Acidentário de Prevenção – FAP, por meio de consulta ao site do Ministério da Previdência Social, que pode ser obtida pelo seguinte endereço eletrônico: http://www2.dataprev.gov.br/fap/fap.htm, e</p> <p>B) a comprovação da alíquota RAT (Risco Ambiental do Trabalho) e o RAT ajustado, através de documento emitido de sítio eletrônico oficial.</p> <p>Obs. 1: a aplicação do FAP (alínea A) sobre a alíquota RAT (Alínea B) determina o índice (percentual) do “RAT/SAT Ajustado” (RAT x FAP), na parcela 7 – “<i>SEGURO ACIDENTE DO TRABALHO (1%, 2% e 3% conforme art. 22, inc. II da Lei nº 8.212/91)</i>”, do Grupo II – “<i>Obrigações Sociais</i>”, da Planilha de Custos e Formação de Preços, a qual incidirá sobre o total da remuneração.</p> <p>Obs. 2: quanto ao Montante A – Grupo I – Adicional de insalubridade: - quando a planilha de custos prever a contratação de postos cuja CCT for a celebrada entre SEEAC e SINDASSEIO e houver a previsão de insalubridade, a planilha de custos irá prever o salário proporcional como base de cálculo da insalubridade, conforme Parecer da PGE nº 18200-20. Porém, será permitida à licitante a alteração da base de cálculo na planilha de custos para que seja previsto o salário normativo do cargo, conforme orientado na Promoção da PGE disposta no processo administrativo nº 20/2000-0034874-2.</p>
CGL 13.6.2.1.1	Será exigido patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor da proposta final do licitante.
CGL 13.6.4	13.6.4.1. Será exigida declaração de contratos firmados pela licitante. 13.6.4.1. Será exigida a declaração de contratos firmados, conforme ANEXO IV, comprovando possuir patrimônio líquido igual ou superior a 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados pela licitante com a Administração Pública e com empresas privadas, vigentes na data de abertura da licitação.



	<p>13.6.4.1.1. a declaração a que se refere o item 13.6.4.1 deverá ser acompanhada de justificativas para a hipótese de a variação percentual do valor total dos contratos ser superior à 10% (dez por cento), para mais ou para menos, da receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).</p>
CGL 13.7.1.2	<p><i>1) Apresentação de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, sendo vedadas, no entanto, limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.</i></p> <p>2 Comprovação, para fins deste Edital, como pertencente ao quadro funcional permanente do licitante, na data prevista para entrega da proposta, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação futura, caso o licitante se sagra vencedor do certame.</p> <p>3) Declaração informando o enquadramento sindical do licitante, relacionando qual a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;</p> <p>4) Cópia da carta ou do registro sindical do sindicato ao qual o licitante declara enquadrado;</p> <p>5) Declaração de anuência do Contratado com a retenção do pagamento em caso de descumprimento das obrigações trabalhista e previdenciárias e a autorização para o pagamento direto das verbas trabalhistas e para as providências relativas à conta vinculada junto à instituição financeira credenciada pela FETLSVC;</p> <p>6) Atestados de qualificação técnica que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos, por um prazo mínimo da atualização do Atestado, que não poderá ser superior a três anos da data da publicação do Edital.</p> <p>7) Declaração do licitante de que possui pleno conhecimento do objeto, das condições e das peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos e de que disporá para a execução do contrato de instalações, pessoal qualificado e aparelhamento técnico adequado e disponível para cumprir o objeto da licitação.</p>
CGL 13.13	<p>Família(s) de fornecedores a serem aceitas na apresentação do Certificado de Fornecedor do Estado – CFE: 0037.</p>
CGL 16.1	<p>O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, após formalmente convocado, para assinar o contrato.</p>
CGL 16.4	<p>Vigência de até 01 (um) ano ou enquanto não sobrevier a contratação continuada via Processo nº 25/1956.000209.7</p>
CGL 16.5	<p>Rua Inconfidentes, 395 bairro Primavera – Novo Hamburgo – RS.</p>



CGL 16.10	Gestor do contrato: Gleidson Marchiori Fiscal técnico titular: Benhur Bolzan Fiscal administrativo: Maria Beatriz de Macedo Costa, Maria Cristina Maraschin, Ariel Felipe da Silva e Edilene Beatriz Buzatto.
CGL 17.1	Será previsto Acordo do Nível de Serviço: a) Objetivo: definir e padronizar a avaliação de desempenho e qualidade dos serviços prestados na execução do contrato. b) Estrutura: a avaliação do nível de serviço se faz por meio de análise dos seguintes grupos e seus respectivos itens: I - Grupo 1 – Desempenho das Atividades: busca avaliar o cumprimento das atividades previstas na especificação técnica e com vistas às melhores práticas; II - Grupo 2 - Fornecimento de Materiais, Equipamentos e Uniformes: busca avaliar o atendimento aos critérios de fornecimento dos insumos previstos na prestação dos serviços; III - Grupo 3 – Gerenciamento: busca avaliar o atendimento aos critérios de administração do serviço prestado e resposta a demandas do contratante. c) Avaliação: os itens a serem avaliados são aqueles indicados no Termo de Referência (Formulário de Avaliação do Nível de Serviço). d) Pontuação: a pontuação atribuída aos itens indicados no Formulário de Avaliação do Nível de Serviço deverá ser feita conforme os critérios a seguir: I - Deverá ser atribuído 1 ponto ao item avaliado como “CONFORME”; II - Deverá ser atribuído 0,5 pontos ao item avaliado como “PARCIALMENTE CONFORME”; III - Deverá ser atribuído 0 (zero) ponto ao item avaliado como “NÃO CONFORME”; IV - A nota final, entre 0 (zero) e 10 (dez), corresponde ao somatório da pontuação atribuída aos itens avaliados multiplicado por 10 (dez) e dividido pelo número de itens avaliados. e) Responsabilidades da equipe de fiscalização: I - avaliar mensalmente o contratado utilizando-se o Formulário de Avaliação do Nível de Serviço, justificando por escrito quando da existência de itens avaliados com nota 0 (zero), ou seja, “NÃO CONFORMES”; II - encaminhar o Formulário de Avaliação do Nível de Serviço referentes ao período aferido, para o gestor do contrato, juntamente com as justificativas para os itens avaliados com nota 0 (zero). f) Responsabilidades do gestor do contrato:



	<p>I - consolidar mensalmente as avaliações recebidas das unidades, emitindo o resultado da avaliação do nível de serviço; apurar, quando necessário, o percentual de desconto em função do resultado da avaliação do nível de serviço;</p> <p>II - encaminhar mensalmente, com base em todos os Formulários de Avaliação do Nível de Serviço gerados pela equipe de fiscalização do contrato, 1 (uma) via do resultado de avaliação para ciência do contratado;</p> <p>III - aplicar, quando cabível, sanção ao contratado e encaminhar para o conhecimento da autoridade competente;</p> <p>IV - preencher mensalmente e encaminhar ao contratado, Quadro Resumo demonstrando de forma acumulada e mês a mês, os resultados da avaliação do nível de serviço alcançado pelo mesmo;</p> <p>V - quando atribuída nota 0 (zero) a algum item, o gestor do contrato deverá notificar o contratado e se julgar necessário realizar reunião com os responsáveis do contratado, visando proporcionar ciência quanto ao desempenho dos trabalhos e providenciar o tratamento das “NÃO CONFORMIDADES” para a execução dos serviços nos períodos subsequentes;</p> <p>VI - sempre que o contratado solicitar prazo visando o atendimento ou correção de determinado item, esta solicitação deve ser formalizada ao Gestor do contrato, objetivando a análise do pedido pelo mesmo.</p> <p>g) Descrição do processo:</p> <p>I - cada Unidade, por meio da equipe de fiscalização do contrato e com base no Formulário de Avaliação do Nível de Serviços, efetuará o acompanhamento do serviço prestado, registrando e arquivando as informações de forma a embasar a avaliação mensal do contratado;</p> <p>II - no final do mês de apuração, a equipe responsável pela fiscalização do contrato deve encaminhar os Formulários de Avaliação do Nível de Serviço gerados no período, acompanhado das justificativas para os itens que receberam nota 0 (zero) para o Gestor do contrato;</p> <p>III - de posse dos formulários preenchidos, o Gestor do contrato deve emitir o resultado da avaliação do nível de serviço dando ciência ao contratado;</p> <p>IV - no caso da necessidade da aplicação de descontos, cabe ao gestor do contrato apurar o percentual de desconto a ser aplicado na fatura de período subsequente a prestação dos serviços, tomando como base o resultado da avaliação do nível de serviços, notificando ao contratado previamente ao fechamento da medição e emissão da fatura do próximo período;</p>
--	--



	<p>V - o percentual de desconto da fatura é estabelecido conforme critérios a seguir:</p> <table border="1"><thead><tr><th>Pontuação Obtida</th><th>Fator de Desconto da Fatura</th></tr></thead><tbody><tr><td>NOTA FINAL > 8 pontos</td><td>0,00%</td></tr><tr><td>NOTA FINAL ≥ 7 e < 8 pontos</td><td>1,50%</td></tr><tr><td>NOTA FINAL ≥ 6 e < 7 pontos</td><td>3,00%</td></tr><tr><td>NOTA FINAL ≥ 5 e < 6 pontos</td><td>4,50%</td></tr><tr><td>NOTA FINAL ≥ 4 e < 5 pontos</td><td>6,00%</td></tr><tr><td>NOTA FINAL < 4 pontos</td><td>7,50%</td></tr></tbody></table> <p>h) Condições gerais:</p> <p>I - no caso de serem apurados, pelo contratante, descontos decorrentes da aplicação do presente instrumento de avaliação, os mesmos deverão constar da fatura de mês subsequente;</p> <p>II - na ausência de aplicação ou da notificação por parte do contratante, em tempo hábil para a emissão da fatura pelo contratado, todos os critérios de avaliação serão considerados como em conformidade, ficando vetada qualquer aplicação de desconto no período.</p>	Pontuação Obtida	Fator de Desconto da Fatura	NOTA FINAL > 8 pontos	0,00%	NOTA FINAL ≥ 7 e < 8 pontos	1,50%	NOTA FINAL ≥ 6 e < 7 pontos	3,00%	NOTA FINAL ≥ 5 e < 6 pontos	4,50%	NOTA FINAL ≥ 4 e < 5 pontos	6,00%	NOTA FINAL < 4 pontos	7,50%
Pontuação Obtida	Fator de Desconto da Fatura														
NOTA FINAL > 8 pontos	0,00%														
NOTA FINAL ≥ 7 e < 8 pontos	1,50%														
NOTA FINAL ≥ 6 e < 7 pontos	3,00%														
NOTA FINAL ≥ 5 e < 6 pontos	4,50%														
NOTA FINAL ≥ 4 e < 5 pontos	6,00%														
NOTA FINAL < 4 pontos	7,50%														
CGL 19.1	<p>1 – Caso geral</p> <p>a) O Montante A será repactuado:</p> <p>I – quanto à remuneração, encargos sociais e demais custos relativos à norma coletiva, na forma da legislação salarial e da norma coletiva da categoria, quando couber;</p> <p>II – quanto ao valor do vale-transporte, de acordo com os índices de majoração da tarifa de transporte público no(s) município(s) de prestação do serviço contratado, na proporção do efetivo empregado.</p> <p>b) O Montante B será reajustado, em consequência da variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC, obedecendo-se a metodologia de cálculo adequada para sua atualização.</p> <p>c) O Montante C será atualizado toda vez que houver repactuação no Montante A ou reajuste do Montante B, mantendo-se os mesmos percentuais constantes da proposta que deu origem ao contrato, exceto se alterados por lei.</p> <p>d) Para fins de adequação aos novos preços praticados no mercado, deverá ser observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado nos termos do art. 135 da Lei Federal nº 14.133/2021, da seguinte forma:</p>														



- I - para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
- II - para os valores discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao vale transporte: do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;
- III – para o reajuste contratual do Montante B: a partir da data da apresentação da proposta.
- e) A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas.
- f) Para fins de repactuação, compete ao contratado comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação do contratante.
- g) Nos reajustamentos subsequentes ao primeiro, o interregno de um ano será computado do último reajuste ou da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação.
- h) Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.
- i) O prazo para o contratado solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.
- j) Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao contratante ou ao contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.
- k) Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.



	<p>l) É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.</p> <p>m) O contratante não se vincula às disposições contidas em acordos e convenções coletivas que não tratem de matéria trabalhista.</p> <p>n) Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, o contratado efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.</p> <p>o) A resposta do pedido de repactuação será feita em até 30 (trinta) dias após o envio da solicitação pela empresa.</p>
CGL 20.1	<p>Unidade Orçamentária: .5601.</p> <p>Atividade/Projeto: 4236</p> <p>Natureza da Despesa – NAD: 339037</p> <p>Recurso: 7000</p>
CGL 21.1	<p>Indicar demais obrigações do contratado que sejam específicas ao objeto contratual e que não constem na Cláusula Décima da Minuta de Contrato.</p> <p>Para postos com materiais/equipamentos, sempre manter o texto abaixo em razão do apontamento da ASJUR/CELIC no PROA 22/4501-0000400-0 (fl. 127):</p> <p>- A contratada deverá atentar-se aos critérios de sustentabilidade ambiental dispostos na Instrução Normativa SPGG/CELIC Nº 01/2025.</p> <p>- A contratada deverá atender, no que couber, a Instrução Normativa SPGG/CELIC nº 01/2025, publicada em 2 de janeiro de 2025, que dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental.</p>
CGL 22.1	<p>A garantia deverá ser prestada no valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor total do contrato, para os casos em que sua vigência for inferior a um ano ou, do valor anual do contrato, para os casos em que sua vigência for de um ano ou mais, que será liberada após a execução do objeto da avença, conforme disposto no art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que cumpridas as obrigações contratuais.</p>
CGL 23.2.2	<p>INSTRUÇÃO NORMATIVA CELIC/SPGG Nº 02/2023, publicada no DOE do Rio Grande do Sul em 29 de setembro de 2023.</p>



Disponível em: <https://www.diariooficial.rs.gov.br/materia?id=908247>

Anexo VI - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

1.2 Prestação de serviços contínuos de limpeza, asseio, jardinagem, manutenção e conservação predial, com o fornecimento de mão-de-obra especializada, saneantes domissanitários, ferramentas, materiais e equipamentos, visando adequadas condições de limpeza, conservação, salubridade e higiene no prédio, e respectivo terreno.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 Justifica-se a necessidade de contratação de empresa especializada na limpeza e higienização dos espaços físicos internos e externos da Fundação Liberato, segue as seguintes motivações:

- a) a limpeza dos ambientes é fundamental para proteger os riscos à saúde e proporcionar o pleno funcionamento das atividades educacionais e administrativas da Instituição;
- b) circulam em torno de 4.000 pessoas na Instituição, entre alunos, pais de alunos, servidores, terceirizados, incubadoras, visitantes e a comunidade no período da manhã, tarde e noite;
- c) são oferecidos os cursos no diurno de Química, mecânica, eletrotécnica e Eletrônica, articulados com o Ensino Médio, dirigidos para alunos provenientes de ensino fundamental, têm duração de 4 anos, mais de 700 horas de estágio, supervisionados na empresa e agenciados pela própria instituição;
- d) são oferecidos os cursos no noturno de Química, Mecânica, Eletrotécnica e Eletrônica, Segurança do Trabalho, Automotivo, Design e Tecnologia da Informação, são subsequentes e dirigidos a alunos que já possuem o ensino médio e que desejam obter a formação técnica, tem duração de 5 semestres, mais de 700 horas de estágio, supervisionados na empresa e agenciados pela própria instituição;
- e) a Instituição está instalada numa área de 20 hectares e 16.924,50 mts construídos, possuindo salas de aulas, biblioteca, multimídia, ginásio de esportes, módulo desportivo, salas administrativas, laboratórios técnicos, salas de reunião, auditório, incubadoras, ar/restaurante e quadras de



esportes;

f) A presente contratação é necessária porque a Fundação Liberato não dispõe em seu Plano de Carreira, Cargos e Salários as funções a serem contratadas.

g) A devida contratação emergencial é devida em face ao processamento da rescisão unilateral do Processo administrativo nº 21/1956.0001214-7 em face as inadimplências contratuais;

h) A contratação continuada contida no Processo Administrativo nº 25/1956.0000209-7 está na fase de procedimentos licitatórios via CELIC/RS.

3. LOCAIS DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO QUANTIDADE DOS POSTOS DE TRABALHO

3.1 Localização da Prestação dos Serviços: Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha, situado à Rua Inconfidentes, 395, bairro Primavera – Novo Hamburgo;

3.1.1 Mostra Brasileira e Internacional de Ciência e Tecnologia – Mostratec - Novo Hamburgo.

3.2) Número de Postos de Trabalho: 30 (trinta), assim discriminados:

- 18 (dezoito) serventes de limpeza, conservação e higiene para atender os Prédios da Fundação Liberato e a Mostratec;

- 01 (um) Supervisor/Assistente Administrativo. O profissional será responsável por supervisionar os serviços realizados pela equipe de limpeza, liderar a equipe e estar à frente de todas as atividades, distribuir demandas, avaliar a equipe, controlar a assiduidade e solicitar a substituição quando ocorrer faltas, controlar o período de férias, controlar e requisitar o material de limpeza, conferir e distribuir o material de limpeza, administrar os documentos inerentes aos serviços prestados e providenciar manutenção ou substituição dos equipamentos, ferramentas e máquinas.

- 07 (seis) Auxiliar de Serviços Gerais. Conservação e higiene dos prédios e pátios, dos lixos, transporte de móveis e limpeza nos pátios e demais áreas internas da Fundação Liberato.

- 01 (um) Jardineiro: Prestação de serviços nos jardins e vasos de plantas e flores, tanto em lugares internos como externos da Instituição.



- 03 (três) Pedreiro: Prestação de serviços corretivos e preventivos na manutenção dos prédios.

4. HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, FUNÇÕES, ADICIONAIS, FÉRIAS, CONTROLE DA ASSIDUIDADE DOS POSTOS DE TRABALHO

4.1 Horários Contratados: Os postos de trabalho contratados neste tópico serão executados pelos Postos de Trabalho, de segunda-feira a sexta-feira, com carga horária semanal de 44 horas, que compreende os seguintes horários para a realização plena do serviço contratado, conforme quadro abaixo:

Postos de Trabalho	Quant.	Horário
Supervisor – Assistente Administrativo	01	07h às 11h 12h às 16h48min – Intervalo 11h às 12h
Servente de Limpeza	10	06h às 10h 11h às 15h48min - Intervalo: 10h às 11h
	05	9h às 13h 14h às 18h48min Intervalo: 13h às 14h
	03	12h às 16h 17h às 21h48min Intervalo: 16h às 17h
Serviços Gerais	07	07h às 11h 12h às 16h48min – Intervalo 11h às 12h



Pedreiro	03	07h às 11h 12h às 16h48min – Intervalo 11h às 12h
Jardineiro	01	07h às 11h 12h às 16h48min – Intervalo 11h às 12h
Total	30	

4.2 Os horários dos postos de trabalho determinados para o atendimento das atividades educacionais e administrativas, poderão haver flexibilização de acordo com a necessidade real dos serviços.

4.3 No período de férias escolares e ou dispensa das atividades educacionais do noturno as jornadas de trabalho no horário da noite passaram para o dia, ficando ajustado a jornada de trabalho única de todos os colaboradores.

4.4 Quando houver a concessão de ponte nos dias que antecedem ou posteriores aos feriados legais para os servidores da instituição, não sendo considerado feriado municipal, estadual e federal, o Contratado deve organizar a escala de trabalho para a compensação neste dia durante o mês.

4.5 As férias dos colaboradores deverão ser concedidas anualmente no período de férias escolares, preferencialmente.

4.6 As funções que compõem a prestação dos serviços incidem com os seguintes adicionais:

Insalubridade de 40%: Servente de Limpeza, Serviços Gerais, Pedreiro.

Insalubridade de 20%: Jardineiro.

Supervisor-Assistente Administrativo :37%

4.7 A assiduidade dos colaboradores será aferida pelos minutos contratados, não sendo reconhecido o registro da jornada de trabalho realizada de forma manual.

5. ESPECIFICAÇÕES SEGUNDO A ABRANGÊNCIA, FUNÇÕES, PERIODICIDADE, QUANTIDADE E QUALIDADE:

5.1 CATEGORIA PROFISSIONAL - SERVENTES DE LIMPEZA:



5.1.1. LIMPEZA E HIGIENE DOS SANITÁRIOS MASCULINOS E FEMININOS DESTINADO AO USO DOS ALUNOS – CADERNO DE ESPECIFICAÇÃO TÉCNICAS - Dias de Expediente Escolar Deverão ser limpos e higienizados quatro (04) vezes diariamente, quando houver expediente escolar e nas situações de normalidade, ou extraordinariamente, quando ocorrer fato relevante (vazamento, entupimento, inundação, rompimento de tubulação ou aparelhagem, vandalismo ou similar) que comprometa a higiene e o uso adequado da(s) instalação (ões) sanitária(s) sempre que solicitado pela fiscalização da CONTRATANTE.

Os horários determinados para limpeza e higienização dos sanitários devem ser compreendidos:

1ª - das 06h às 10h

2ª - das 10h20min às 12h

3ª - das 13h15min às 15h40min

4ª - das 16h às 21h30min

5.1.1.1 Abrangência:

Esta atividade, relativa a cada procedimento de limpeza e higienização diária dos sanitários, deve usar os produtos discriminados no quadro do item 6.1 e deve compreender no mínimo:

Limpeza e desinfecção dos pisos, com o produto adequado, secagem dos excessos;

Limpeza dos mictórios e vasos sanitários, com o produto adequado;

Limpeza das portas, pias e paredes com o produto adequado;

Reposição de papéis higiênicos, papel toalha e sabonete líquido;

Recolhimento do lixo até o local destinado;

5.1.1.2 Quinzenalmente

Conforme programações prévias, submetidas pela CONTRATADA e aprovadas pela fiscalização da CONTRATANTE, quinzenalmente deve ser feita uma limpeza de caráter mais amplo, caracterizada pela seguinte abrangência:

Todas as atividades da limpeza diária;

Lavagem geral do piso com produtos adequados a retirada de gordura, desinfecção e desodorização, conforme quadro do item 6.1;

Lavagem geral das paredes e portas em toda a sua extensão com produtos adequados a retirada de gordura, desinfecção e desodorização, conforme item 6.1.

Desinfecção e desodorização dos ralos, com produto adequado, conforme item 6.1;

Limpeza de rejuntas dos azulejos, com produto adequado, conforme item 6.1;

Limpeza interna das janelas, com produto adequado, conforme quadro do item 6.1;



Limpeza do teto, utilizando instrumentação e escadas adequadas.

5.2. LIMPEZA E HIGIENE DOS SANITÁRIOS MASCULINOS E FEMININOS DESTINADOS AO USO DOS PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS ADMINISTRATIVOS:

5.2.1. Dias de Expediente Escolar e Administrativo

Deverão ser limpos e higienizados três (03) vezes, diariamente, quando houver expediente escolar e nas situações de normalidade ou, extraordinariamente, quando ocorrer fato relevante (vazamento, entupimento, inundação, rompimento de tubulação ou aparelhagem, vandalismo ou similar) que comprometa a higiene e ou uso adequado da(s) instalação(ões) sanitária(s) sempre que solicitado pela fiscalização da CONTRATANTE.

Os horários determinados para limpeza e higienização dos sanitários devem ser compreendidos:

1ª - das 06h às 10h;

2ª - das 15h às 18h

3ª - das 19h30min às 21h30min

Esta atividade relativa a cada procedimento de limpeza e higienização diária dos sanitários devem usar os produtos discriminados item 6.1 e deve compreender no mínimo:

Limpeza e desinfecção dos pisos, com o produto adequado, secagem dos excessos;

Limpeza dos mictórios e vasos sanitários com o produto adequado;

Limpeza das portas, pias e paredes com o produto adequado;

Reposição de papel higiênico, papel toalha e sabonete líquido;

Recolhimento do lixo até o local destinado;

5.2.1.1 Quinzenalmente

Conforme programação prévia, submetida pela CONTRATADA e aprovada pela fiscalização da CONTRATANTE, quinzenalmente deve ser feita uma limpeza de caráter mais amplo, caracterizada pela seguinte abrangência:

Todas as atividades da limpeza diária;

Lavagem geral do piso com produtos adequados a retirada de gordura, desinfecção e desodorização;

Lavagem geral das paredes e portas, em toda a sua extensão, com produtos adequados a retirada de gordura, desinfecção e desodorização, conforme item 6.1;

Desinfecção e desodorização dos ralos, com produto adequado, conforme item 6.1;

Limpeza de rejuntas dos azulejos, com produto adequado, conforme item 6.1;



Limpeza interna das janelas e vidros com produto adequado, conforme item 6.1;

Limpeza do teto, utilizando instrumentação e escadas adequadas.

5.3 LIMPEZA DAS SALAS DE AULA:

5.3.1 Dias de Expediente Escolar

Deverão ser limpas três (03) vezes, diariamente, quando houver expediente escolar e nas situações de normalidade, ou, extraordinariamente, quando ocorrer fato relevante que comprometa a higiene e o uso adequado do local, sempre que solicitado pela fiscalização da CONTRATANTE.

Os horários determinados para limpeza das salas de aula devem ser compreendidos:

1ª - das 06h às 07h30min;

2ª - das 12h às 13h;

3ª - das 18h30min às 19h;

Observação: Próximo ao encerramento de cada turno de aula, na medida em que as salas de aula estiverem liberadas de ocupação, conforme programação prévia fornecida pela fiscalização da CONTRATANTE, a limpeza poderá ter o horário antecipado, se for conveniente para a CONTRATADA.

5.3.1.1 Abrangência

Esta atividade relativa a cada procedimento de limpeza diária das salas de aula deve usar os produtos discriminados no quadro do item 6.1 e deve compreender, no mínimo:

Arrumação das classes e cadeiras;

Limpeza dos quadros escolares e apagador, com pano úmido e material adequado para cada tipo;

Limpeza geral do lixo sobre e abaixo das classes;

Varredura geral do piso, quando houver necessidade;

Recolhimento do lixo até o local destinado;

Desligamento das lâmpadas e ventiladores;

Encaminhamento ao SAE de objetos deixados nas salas de aula;

5.3.1.2 Quinzenalmente

Conforme programações prévias, submetidas pela CONTRATADA e aprovada pela fiscalização da CONTRATANTE, quinzenalmente deve ser feita uma limpeza de caráter mais amplo, caracterizada pela seguinte abrangência:

Todas as atividades da limpeza diária;

Limpeza geral do piso com produtos adequados, conforme quadro do item 6.1;



Limpeza geral das paredes e portas, em toda a sua extensão, com produtos adequados, conforme quadro do item 6.1;

Limpeza das classes e cadeiras, com produto adequado, conforme do item 6.1;

Limpeza interna das janelas e vidros com produto adequado, conforme item 6.1;

Limpeza do teto utilizando instrumentação e escadas adequadas.

Havendo anormalidades, tipo quebra de louça ou objetos, derramamento acidental de líquidos artificiais ou fluidos humanos, ou qualquer outra circunstância similar que torne inconveniente o ambiente, a fiscalização da CONTRATANTE solicitará a higienização e limpeza do local extra programação, devendo a CONTRATADA providenciar a equipe necessária para realizá-la, desenvolvendo todas as tarefas e utilizando todos os produtos necessários, conforme previsto no quadro do item 6.1.

5.4 LIMPEZA DAS SALAS ADMINISTRATIVAS E OUTRAS ÁREAS DE CONVIVÊNCIA ESCOLAR:

5.4.1 Dias de Expediente Escolar

Juntar e recolher o lixo, acondicionando-o em sacos plásticos apropriados, removendo-os para local indicado pela Contratante;

Varredura geral de todas as dependências, piso, incluindo corredores, escadarias, áreas externas e as calçadas que circulam os prédios, bem como limpeza dos capachos;

Remover com pano úmido o pó das mesas, armários, arquivos, prateleiras, persianas e demais móveis existentes.

5.4.1.1 Semanalmente

Conforme programação prévia, submetida pela CONTRATADA e aprovada pela fiscalização da CONTRATANTE, semanalmente, deve ser feita uma limpeza de caráter amplo, caracterizada pela seguinte abrangência:

Todas as atividades da limpeza diária;

Varrer, desinfetar, desengraxar, desodorizar e secar os ambientes com piso do tipo vinílico, cimentado ou cerâmico, com produtos adequados, conforme item 6.1;

Varrer, aspirar, desinfetar, desengraxar, desodorizar e encerar os ambientes com piso de madeira, com produtos adequados, conforme quadro do item 6.1;

Varrer, aspirar, umedecer e limpar com desodorizante os ambientes com piso de carpete, com produtos adequados, conforme quadro do item 6.1;

Limpeza geral das paredes e portas, em toda a sua extensão, com produtos adequados, conforme quadro do item 6.1;



Limpeza do mobiliário, armários e equipamentos com produtos adequados, conforme quadro do item 6.1;

Limpeza interna das janelas e vidros, com produto adequado, conforme do item 6.1;

Preparação de eventos internos de recepção;

Limpeza do teto, utilizando instrumentação e escadas adequadas.

Havendo anormalidades tipo quebra de louça ou objetos, derramamento acidental de líquidos artificiais ou fluidos humanos, ou qualquer outra circunstância similar que torne inconveniente o ambiente, a fiscalização da CONTRATANTE solicitará a higienização e limpeza do local extra programação, devendo a CONTRATADA providenciar a equipe necessária para realizá-la, desenvolvendo todas as tarefas e utilizando todos os produtos necessários, conforme previsto no quadro do item 5.1.

5.5 LIMPEZA DOS LABORATÓRIOS E OFICINAS:

5.5.1 Dias de Expediente Escolar e Administrativo

Juntar e recolher o lixo, acondicionando-o em sacos plásticos apropriados, removendo-os para local indicado pelo Contratante;

Varredura geral de todas as dependências, piso, incluindo corredores, escadarias, áreas externas e as calçadas que circulam os prédios, bem como limpeza dos capachos;

Remover com pano úmido o pó das mesas, armários, arquivos, prateleiras, persianas e demais móveis existentes.

5.5.1.1 Semanalmente

Conforme programação prévia, submetida pela CONTRATADA e aprovada pela fiscalização da CONTRATANTE, semanalmente deve ser feita uma limpeza de caráter amplo, caracterizada pela seguinte abrangência:

Todas as atividades da limpeza diária;

Varrer, desinfetar, desengraxar, desodorizar e secar os ambientes com piso do tipo vinílico, cimentado ou cerâmico, com produtos adequados, conforme item 6.1;

Limpeza geral das paredes e portas, em toda a sua extensão, com produtos adequados, conforme quadro do item 6.1;

Limpeza interna das janelas e vidros, com produto adequado, conforme item 6.1;

Limpeza do teto utilizando instrumentação e escadas adequadas.

Havendo anormalidades tipo quebra de louça ou objetos, derramamento acidental de líquidos artificiais ou fluidos humanos, ou qualquer outra circunstância similar que torne inconveniente o ambiente, a fiscalização da CONTRATANTE solicitará a higienização e limpeza do local extra



programação, devendo a CONTRATADA providenciar a equipe necessária para realizá-la, desenvolvendo todas as tarefas e utilizando todos os produtos necessários, conforme previsto no quadro do item 6.1.

5.6 LIMPEZA DOS CORREDORES, ACESSOS E ESCADAS INTERNAS:

5.6.1 Dias de Expediente Escolar e Administrativo

Juntar e recolher o lixo, acondicionando-o em sacos plásticos apropriados, removendo-os para local indicado pelo Contratante;

Varredura geral de todas as dependências, pisos, incluindo corredores, escadarias, áreas externas e as calçadas que circulam os prédios, bem como limpeza dos capachos;

5.6.1.1 Semanalmente

Conforme programação prévia, submetida pela CONTRATADA e aprovada pela fiscalização da CONTRATANTE, semanalmente deve ser feita uma limpeza de caráter amplo, caracterizada pela seguinte abrangência:

Todas as atividades da limpeza diária;

Varrer, desinfetar, desengraxar, desodorizar e secar os ambientes com piso do tipo vinílico, cimentado ou cerâmico, com produtos adequados, conforme item 6.1:

Limpeza geral das paredes e portas, em toda a sua extensão, com produtos adequados, conforme quadro do item 6.1;

Limpeza de teto, utilizando instrumentação e escadas adequadas;

Limpeza interna das janelas e vidros com produto adequado, conforme item 6.1.

Havendo anormalidades tipo quebra de louça ou objetos, derramamento acidental de líquidos artificiais ou fluidos humanos, lama ou qualquer outra circunstância similar que torne inconveniente o ambiente, a fiscalização da CONTRATANTE solicitará a higienização e limpeza do local, extra programação, devendo a CONTRATADA providenciar a equipe necessária para realizá-la, desenvolvendo todas as tarefas e utilizando todos os produtos necessários, conforme previsto no quadro do item 6.1.

Lavagem de cortinas.

5.7 LIMPEZA DA PARTE EXTERNA DAS JANELAS:

5.7.1 Conforme programação prévia, submetida pela CONTRATADA e aprovada pela fiscalização da CONTRATANTE, mensalmente deve ser feita uma limpeza da parte externa das janelas, utilizando escadas, andaimes, ferramental e instrumental adequados, com produtos previstos no quadro do item 6.1.



5.8 LIMPEZA DOS PISOS EXTERNOS EM ÁREAS COBERTAS:

5.8.1 Dias de Expediente Escolar e Administrativo

Varrer, juntar e recolher o lixo.

Limpar a passarela frontal com produtos de limpeza e água.

5.8.1.1 Semanalmente

Conforme programação prévia, submetida pela CONTRATADA e aprovada pela fiscalização da CONTRATANTE, deve ser feita uma limpeza dos pisos externos das áreas cobertas que compreenda, além das atividades diárias, a lavagem, com respectiva eliminação da água, com instrumental adequado e com produtos previstos no quadro do item 6.1.

Havendo anormalidades tipo quebra de louça ou objetos, derramamento acidental de líquidos artificiais ou fluidos humanos, lama ou qualquer outra circunstância similar que torne inconveniente o trânsito no ambiente, a fiscalização da CONTRATANTE solicitará a higienização e limpeza do local, extra programação, devendo a CONTRATADA providenciar a equipe necessária para realizá-la, desenvolvendo todas as tarefas e utilizando todos os produtos necessários, conforme previsto no quadro do item 6.1.

5.9 CATEGORIA PROFISSIONAL – JARDINEIRO: SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE GRAMADO, JARDINS, FLOREIRAS, CANTEIROS E ÁRVORES DE PEQUENO PORTE:

5.9.1 Deve ser realizado com programação prévia, submetida pela CONTRATADA e aprovada pela CONTRATANTE e compreende as seguintes periodicidades e abrangência:

Gramado: corte, aparamento, canteiragem, sementeira, plantio, replantio, retirada do inço e recolhimento de material orgânico, utilizando maquinário, ferramental e instrumental apropriado, conforme previsto no quadro do item 6.1, sendo que no período compreendido entre Outubro e Março, toda a extensão e área devem ser abrangidas uma vez a cada 15 (quinze) dias, perfazendo 12 (doze) programações com abrangência total da área e, entre Abril e Setembro, toda a extensão e área deve ser abrangida uma vez a cada 30 (trinta), perfazendo 6 (seis) programações com abrangência total da área. O total de programações anuais para esta atividade é de 18 (dezoito).

5.9.2 Por força de condições climáticas, havendo necessidade, define-se que a aguçagem regular dos gramados, com os dispositivos apropriados, é parte integrante da rotina contratada.

Devido a condições climáticas desfavoráveis para execução das tarefas, as compensações das programações não realizadas, de forma parcial ou total, deverão ser ajustadas com a fiscalização da CONTRATANTE após reprogramação pela CONTRATADA, sem remuneração adicional. Fica a critério da CONTRATANTE, solicitar a execução de programações extraordinárias às previstas e



compensáveis, remunerando a CONTRATADA pelas condições e valores previstos na licitação, com essa finalidade.

5.9.3 Jardins, Floreiras, Canteiros e árvores de Pequeno Porte:

Corte, aparramento, canteiros, semeadura, plantio, replantio, adubação, retirada de inço, pragas e parasitas; recolhimento de dejetos e folhas, utilizando ferramental e equipamentos apropriado, conforme previsto no quadro do item 6.1, sendo que todos os pontos existentes devem ser abrangidos uma vez a cada 30 (trinta) dias, perfazendo um total de 12 (doze) programações anuais, passíveis de compensação.

5.9.4 Regar diariamente as floreiras e vasos localizados em lugares internos dos prédios, quando houver necessidade de realizar adubação.

Observação: os materiais pertinentes a estas atividades (como mudas, sementes, fertilizantes, pesticidas, leivas) serão fornecidos pela CONTRATANTE.

5.9.5 Demonstrar aptidão e experiência nas atividades de plantio e cultivo do solo.

5.10 CATEGORIA PROFISSIONAL - SERVIÇOS GERAIS:

5.10.1 Compreende atividades de rotina, programadas previamente pela CONTRATANTE, na forma de Ordem de Serviço, e extraordinárias, quando houver circunstâncias urgentes e inadiáveis, definidas como tal pela fiscalização da CONTRATANTE, repassadas a Supervisão da Equipe da CONTRATADA na forma de ordem verbal, para execução no local, quantidade e momento definido, podendo provocar alteração nas rotinas programadas.

5.10.2 Entende-se como auxílio e apoio às atividades descritas, não havendo necessidade de específica especialização da mão-de-obra, mas, na maioria do tempo, de capacidade física de realizar esforço, pois compreende atuar rotineiramente, quando programado ou solicitado, pela fiscalização da CONTRATANTE, nas seguintes atividades:

Transporte do lixo, detrito, restos de serviços de jardinagem e desmatamento aos locais adequados e container para reciclagem;

Transporte e reposicionamento do mobiliário escolar e administrativo aos locais adequados e determinados;

Transporte e alcance de materiais, equipamentos, produtos, instrumental e ferramental, aos locais adequados e determinados, para execução de todas as atividades;

Em área apropriada separar os lixos secos com os orgânicos.

5.10.3 LIMPEZA DO ARRUAMENTO, CALÇADAS INTERNAS E EXTERNAS AO TERRENO, RAMPAS, PASSARELAS, ESTACIONAMENTOS E DEMAIS ÁREAS NÃO COBERTAS:



Atividade a ser realizada todos os dias em que houver expediente escolar e administrativo, compreendendo as seguintes tarefas:

Varrer, juntar e recolher o lixo, folhas e galhos de árvores; □

Varrer e passar o pano na passarela frontal.

Quando for o caso, promover a eliminação da água da chuva empossada e excesso de lama.

Havendo anormalidades tipo quebra de louça ou objetos, derramamento acidental de líquidos artificiais ou fluidos humanos, lama ou qualquer outra circunstância similar que torne inconveniente o trânsito no ambiente, a fiscalização da CONTRATANTE solicitará a higienização e limpeza do local, extra programação, devendo a CONTRATADA providenciar a equipe necessária para realizá-la, desenvolvendo todas as tarefas e utilizando todos os produtos necessários, conforme previsto no quadro do item 6.1.

5.10.4 SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E ROÇADA JUNTO AO MATO DE EUCALIPTO:

Deve ser realizado com programações prévias, submetidas pela CONTRATADA e aprovada pela CONTRATANTE, com periodicidade mensal, e compreende a roçada, desmatamento, limpeza e recolhimento de dejetos das áreas interiores e circundantes ao mato de eucalipto, utilizando equipamentos, ferramental e instrumental adequados, conforme previsto no quadro do item 6.1.

Por força de condições climáticas, havendo risco ou ocorrendo queda de árvore ou galhos, a critério da fiscalização da CONTRATADA, poderá ser solicitada, a qualquer tempo, o corte e recolhimento dos troncos e galhos, devendo ser utilizado os equipamentos apropriados;

Controle de erosão: na presença de erosões na fase inicial, as cavidades e sulcos deverão ser preenchidos com terra (realocada da própria sede) para preservação do agravamento da erosão.

5.11 CATEGORIA PROFISSIONAL - SERVIÇOS DE PEDREIRO:

5.11.1 São serviços a serem realizados de forma permanente:

- a) Execução de alvenarias, tanto portantes como de vedação.
- b) Preparação de argamassas e concreto, bem como executar chapisco, emboço e reboco.
- c) Colocação de cerâmica em pisos e paredes tanto colados como assentados com argamassa.
- d) Execução de reparos em esquadrias de madeira e de ferro, incluindo remoção e colocação de vidros com massa de vidraceiro ou baguete.
- e) Execução de formas e armaduras para estrutura de concreto armado.
- f) Execução de fundações rasas diretas.
- g) Execução de elementos novos e reparos em estrutura de madeira e de cobertura de telhados de fibrocimento e de barro.
- h) Execução, montagem, desmontagem e adaptação de divisórias leves.



- i) Interpretação de desenhos técnicos e memoriais descritivos com entendimento de dimensões, convenções gráficas e terminologia técnica.
- j) Execução de gabaritos, alinhamentos, nivelamentos e demais medidas para locação de obra.
- l) Realizar serviços de instalação, remoção e conserto de fechaduras.
- m) Manutenção preventiva e corretiva de calhas, algerosas, tubos de queda de água, inclusive limpeza de calhas.
- n) Isolar local de trabalho, abrir paredes, pisos ou valas, acondicionar materiais no local de instalação, fixar suportes.
- o) Identificar e analisar falhas ou defeitos nas tubulações, desativar sistemas de distribuição de água, identificar materiais, comunicar a administração.
- p) Fazer uso de instrumentos, ferramentas e equipamentos adequados e específicos.
- q) Prezar pela economia de materiais, evitando perdas e desperdícios;
- r) Manter os locais de serviço identificados, fazendo uso de procedimentos de segurança e de isolamento durante a execução dos serviços;
- s) Execução de serviço de preparação e pintura.
- t) Realizar o trabalho com segurança, higiene e saúde cumprindo as normas de Segurança e usando Equipamentos de Proteção (EPI's);
- u) Possuir treinamento para trabalho em altura (NR35) e espaço confinado (NR33).
- v) Executar outras tarefas da mesma natureza e complexidade.

5.12 CATEGORIA PROFISSIONAL – Assistente Administrativo/ SUPERVISOR:

5.12.1 O Posto de Trabalho da categoria profissional de Assistente Administrativo/ Supervisor Geral será o representante permanente da empresa no local de prestação dos serviços, gerenciando todo o elenco de atividades contratadas, inclusive as demandas administrativas, em todos os tópicos, para o qual serão dirigidas todas as orientações de caráter de programação, fiscalização, avaliação qualitativa e quantitativa, advertências e outras observações pertinentes, controle da assiduidade, distribuição de material de limpeza, devendo ter a devida autoridade de mando e comando para as providências que forem necessárias e recomendadas.

5.12.2 A Supervisão da Empresa CONTRATADA deverá atentar, rigorosamente, para a qualidade das atividades contratadas, objeto da Licitação, bem como quanto ao correto emprego, durabilidade e condições de uso dos produtos, ferramental e instrumental, independentemente do acionamento pela fiscalização da CONTRATANTE.

5.12.3 As execuções das tarefas contratadas, sejam rotineiras ou com programação prévia, de todos os subitens abrangidos pelo item 4 deverão ser parte de um conjunto de planilhas, específicas para cada tipo ou grupo de atividades, que servirá para definir o acompanhamento efetivo da fiscalização,



e será fornecida a Supervisão da Equipe da CONTRATADA, em períodos previamente combinados.

5.12.4 É de responsabilidade da CONTRATADA o planilhamento, preenchimento e obtenção do visto da fiscalização. As irregularidades e o não cumprimento de programações deverá ser observados, acompanhado das devidas justificativas.

5.12.5 Cabe à fiscalização considerar os fatores relativos ao cumprimento, ou não, das atividades, o acatamento das justificativas, a reprogramação de tarefas e, se for o caso, o encaminhamento ao setor responsável para providências e sanções cabíveis, previstas contratualmente.

5.12.6 Deverão ser planejados os consumos dos materiais utilizados para execução das atividades e outros a critério da FISCALIZAÇÃO, com fechamento em períodos a serem definidos previamente, informando itens, quantidades e consumo em períodos semanais e mensais.

6. MATERIAIS DE CONSUMO, MATERIAIS PERMANENTES, EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS:

6.1 Descrição dos produtos de Limpeza e Ferramentas:

Item	Descrição	Frequência	Quantidade
1	Detergente removedor Neutro	Mensal	60l
2	Desinfetante aroma de eucalipto	Mensal	400l
3	Saponáceo cremoso	Mensal	1,2l
4	Cera líquida firme mole antiderrapante, nas cores vermelhos, amarelos e incolor	Mensal	50l
5	Álcool isopropílico	Mensal	20l
6	Água Sanitária - cloro ativo 2 a 2,5%(p/p)	Mensal	100l
7	Sinalizador de piso	Anual	10 un
8	Pá de lixo com cabo	Trimestral	25 un
9	Limpa vidros	Mensal	5l
10	Desengraxante alcalino concentrado	Mensal	5l
11	MOP pó	Trimestral	20 un
12	MOP água	Trimestral	20 un

13	Balde espremedor com capacidade de 33l	Semestral	20 un
14	Carrinho de limpeza para transporte de produtos.	Anual	10 un
15	Esponja de Fibra	Mensal	10 un
16	Rodo de borracha dupla	Trimestral	20 un
17	Aplicador de cera	Trimestral	10 un
18	Enceradeira elétrica. Tensão 220V. Potência mínima de 0,5HP. Com kit de feltros incluso.	Uma vez ao longo do contrato, com manutenção preventiva e corretiva inclusa. Não sendo possível a execução da manutenção, providenciar substituição.	01 un
19	Saco de Lixo, duas cores (lixo seco e orgânico), 40 litros.	Mensal	1000 un
20	Saco de Lixo, duas cores (lixo seco e orgânico), 60 litros.	Mensal	1000 un
21	Saco de Lixo, duas cores (lixo seco e orgânico), 100 litros.	Mensal	1000 un
22	Pano de algodão	Mensal	100 un
23	Luvas de borracha pequena, média, grande, média mês, 50 tamanho P, M e G	Mensal	50 un
24	Vassoura nylon	Mensal	20 un
25	Vassoura piaçava	Mensal	15 un
26	Pano flanela	Mensal	50 un
27	Cortador de grama a combustão. Potência mínima de 6,5 HP, Diâmetro de corte mínimo de 48cm.	Uma vez ao longo do contrato, com manutenção preventiva e corretiva inclusa. Não sendo possível a execução da manutenção,	02 un



		providenciar substituição.	
28	Roçadeira a combustão. Potência mínima de 2,2 CV. Kit acessórios incluído.	Uma vez ao longo do contrato, com manutenção preventiva e corretiva inclusa. Não sendo possível a execução da manutenção, providenciar substituição.	03 un
29	Kit de Segurança para Operador de Roçadeiras. Kit composto por: óculos, abafador, luvas, perneiras, avental.	Uma vez ao longo do contrato, com manutenção preventiva e corretiva inclusa. Não sendo possível a execução da manutenção, providenciar substituição.	04 un
30	Soprador a combustão costal. Potência mínima de 4 CV. Volume mínimo de ar de 755m³/h.	Uma vez ao longo do contrato, com manutenção preventiva e corretiva inclusa. Não sendo possível a execução da manutenção, providenciar substituição.	01 un
31	Aspirador e soprador de folhas. Potência mínima de 1 CV. Volume mínimo de ar de 710m³/h.	Uma vez ao longo do contrato, com manutenção preventiva e corretiva inclusa. Não sendo possível a execução da manutenção, providenciar substituição.	01 un
32	Aparador de cerca viva 18v com 02 baterias 5.0Ah com carregador bivolt incluso.	Uma vez ao longo do contrato, com manutenção preventiva e corretiva inclusa. Não sendo possível a execução da manutenção, providenciar substituição.	01 un



33	Extensão elétrica composta por cabo PP 3x2,5mm. Comprimento de 50m.	Uma vez ao longo do contrato, com manutenção preventiva e corretiva inclusa. Não sendo possível a execução da manutenção, providenciar substituição.	02 un
34	Conjunto de Ferramentas e Instrumentos para jardinagem: tesoura de jardim, facão, espanadores, aparadores, pás, colheres, ancinhos enxadas (01 peça de cada ferramenta)	Uma vez ao longo do contrato, com manutenção preventiva e corretiva inclusa. Não sendo possível a execução da manutenção, providenciar substituição.	01 un
35	Motoserra a combustão, com potência mínima de 6,0CV. Comprimento de sabre mínimo de 63cm.	Uma vez ao longo do contrato, com manutenção preventiva e corretiva inclusa. Não sendo possível a execução da manutenção, providenciar substituição.	01 un
36	Motopoda a combustão. Potência mínima de 1,3 CV.	Uma vez ao longo do contrato, com manutenção preventiva e corretiva inclusa. Não sendo possível a execução da manutenção, providenciar substituição.	01 un
37	Conjunto de Ferramentas para a Poda e Roçada: facão, foice, pá, carro-de-mão (02 peças de cada ferramenta).	Uma vez ao longo do contrato, com manutenção preventiva e corretiva inclusa. Não sendo possível a execução da manutenção, providenciar substituição.	02 un



38	Kit para regagem de jardins: 100m de mangueiras, ponteiros, aspersores, esguichos e regadores manuais, 02 peças de cada.	Uma vez ao longo do contrato, com manutenção preventiva e corretiva inclusa. Não sendo possível a execução da manutenção, providenciar substituição.	02 un
39	Lavadora de alta pressão. Potência mínima de 2800W. Tensão 220V. Pressão mínima de trabalho de 130 bar.	Uma vez ao longo do contrato, com manutenção preventiva e corretiva inclusa. Não sendo possível a execução da manutenção, providenciar substituição.	02 un
40	Escada de alumínio tesoura com 03 degraus Peso mínimo suportado de 120kg.	Uma vez ao longo do contrato, com manutenção preventiva e corretiva inclusa. Não sendo possível a execução da manutenção, providenciar substituição.	03 un
41	Escada de alumínio articulada com 12 degraus e 13 posições. Peso mínimo suportado de 120kg. Sapatas antiderrapantes.	Uma vez ao longo do contrato, com manutenção preventiva e corretiva inclusa. Não sendo possível a execução da manutenção, providenciar substituição.	03 un
42	Escada de alumínio telescópica com 13 degraus. Peso mínimo suportado de 150kg. Sapatas antiderrapantes. Extensível até 5m.	Uma vez ao longo do contrato, com manutenção preventiva e corretiva inclusa. Não sendo possível a execução da manutenção, providenciar substituição.	01 un



43	Carrinho de mão, capacidade de 60 litros	Uma vez ao longo do contrato, com manutenção preventiva e corretiva inclusa. Não sendo possível a execução da manutenção, providenciar substituição.	03 un
44	Carrinho de Coletor de Lixo, em metal, 840 litros, rodas pneu com câmara 358X8mm, medidas de 1,50m comprimento X 1,00m de largura, com 4 abas.	Uma vez ao longo do contrato, com manutenção preventiva e corretiva inclusa. Não sendo possível a execução da manutenção, providenciar substituição.	02 un
45	Aspirador de pó elétrico. Capacidade do reservatório 20l. Tensão 220V. Potência mínima 1600W. Volume mínimo de ar aspirado de 4000l/min.	Uma vez ao longo do contrato, com manutenção preventiva e corretiva inclusa. Não sendo possível a execução da manutenção, providenciar substituição.	02 un
46	Saco de 20l para aspirador de pó.	Mensal	04 un
47	Furadeira elétrica de impacto. Mandril com engate rápido. Tensão 220V. Potência mínima de 1000w	Uma vez ao longo do contrato, com manutenção preventiva e corretiva inclusa. Não sendo possível a execução da manutenção, providenciar substituição.	03 un
48	Kit de brocas engate rápido. Diâmetro nominais das brocas: 5, 6, 8 e 10mm. Aplicação: madeira, aço e concreto.	Semestral	03 un



49	Kit ferramentas para o posto de Pedreiro, conforme descrito nos subitens a seguir.	Uma vez ao longo do contrato, com manutenção preventiva e corretiva inclusa. Não sendo possível a execução da manutenção, providenciar substituição.	03 Kit
50	Alicate bomba d'água de 7 posições em aço forjado especial (cromovanádio) com tratamento térmico cabeça polida, cabos plastificados.	Uma vez ao longo do contrato, com manutenção preventiva e corretiva inclusa. Não sendo possível a execução da manutenção, providenciar substituição.	03 un
51	Alicate universal fabricado em cromo vanádio acabamento oxidado e face lixada ou polida	Uma vez ao longo do contrato, com manutenção preventiva e corretiva inclusa. Não sendo possível a execução da manutenção, providenciar substituição.	03 un
51.1	Arco de serra para lâminas de 10 12 polegadas	Uma vez ao longo do contrato, com manutenção preventiva e corretiva inclusa. Não sendo possível a execução da manutenção, providenciar substituição.	03 un
51.2	Chave ajustável para porcas de 0 a 32mm	Uma vez ao longo do contrato, com manutenção preventiva e corretiva inclusa. Não sendo possível a execução da manutenção, providenciar substituição.	03 un



51.3	Chaves de cano em aço forjado com tratamento especial nos mordentes, sendo que os mordentes, molas e tambor possam ser substituídos, nos tamanhos 6, 10, 14 e 24 polegadas.	Uma vez ao longo do contrato, com manutenção preventiva e corretiva inclusa. Não sendo possível a execução da manutenção, providenciar substituição.	03 un
51.4	Chave de cano tipo corrente tamanho 4,5 polegada, fabricado em aço especial com mordentes reversíveis e substituíveis, corrente de aço temperado.	Uma vez ao longo do contrato, com manutenção preventiva e corretiva inclusa. Não sendo possível a execução da manutenção, providenciar substituição.	03 un
51.5	kit Chaves de fenda fabricadas em aço como vanádio, acabamento em haste cromada cabo em plástico de polipropileno ponta oxidada preta nas medidas: 1/8" X 3"; 3/16" X 4"; 3/16"X10"; 1/4"X6"; 1/4"X10"; 5/16"X10".	Uma vez ao longo do contrato, com manutenção preventiva e corretiva inclusa. Não sendo possível a execução da manutenção, providenciar substituição.	03 un
51.6	kit Chaves Philips fabricadas em aço como vanádio, acabamento em haste cromada e cabo em plástico de polipropileno ponta oxidada preta nas medidas: 1/8" X 3"; 3/16" X 4"; 3/16"X10"; 1/4"X6"; 1/4"X10"; 5/16"X10".	Uma vez ao longo do contrato, com manutenção preventiva e corretiva inclusa. Não sendo possível a execução da manutenção, providenciar substituição.	03 un
51.7	Chave para porca de lavatório com mordentes em aço forjado, com mola que permita fixar porcas de 3/8" a 1 1/4", braço e haste cromados.	Uma vez ao longo do contrato, com manutenção preventiva e corretiva inclusa. Não sendo possível a execução da manutenção, providenciar substituição.	03 un
51.8	Martelo tipo pena de 300g, forjado em aço liga especial.	Uma vez ao longo do contrato, com manutenção preventiva e corretiva inclusa. Não sendo possível a	03 un



		execução da manutenção, providenciar substituição.	
51.9	Marreta em aço forjado de 1,5kg	Uma vez ao longo do contrato, com manutenção preventiva e corretiva inclusa. Não sendo possível a execução da manutenção, providenciar substituição.	03 un
51.10	Caixa de ferramentas tipo sanfona fabricada em chapa de aço estampada, com tratamento de superfície anticorrosivo, pintura e secagem em alta temperatura.	Uma vez ao longo do contrato, com manutenção preventiva e corretiva inclusa. Não sendo possível a execução da manutenção, providenciar substituição.	02 un
51.11	Talhadeira em aço temperado de 19mm X 200mm.	Uma vez ao longo do contrato, com manutenção preventiva e corretiva inclusa. Não sendo possível a execução da manutenção, providenciar substituição.	03 un
51.12	Luva de couro tipo vaqueta	Semestral	03 un
51.13	Pares de botinas monodensidade	Semestral	06 un
51.14	Luvras nitrílicas	Semestral	06 un



51.15	Botas de borracha	Semestral	03 un
51.16	Capacete	Uma vez ao longo do contrato, com manutenção preventiva e corretiva inclusa. Não sendo possível a execução da manutenção, providenciar substituição.	03 un
51.17	Capas de chuva tipo nylon fina com capuz	Anual	03 un
51.18	Óculos de segurança de lentes	Semestral	03 un
51.19	Cinto de segurança(tipo paraquedista)	Uma vez ao longo do contrato, com manutenção preventiva e corretiva inclusa. Não sendo possível a execução da manutenção, providenciar substituição.	03 un
51.20	Trena de 8 metros.	Uma vez ao longo do contrato, com manutenção preventiva e corretiva inclusa. Não sendo possível a execução da manutenção, providenciar substituição.	03 un
51.21	Rebitadeira	Uma vez ao longo do contrato, com manutenção preventiva e corretiva inclusa. Não sendo possível a execução da manutenção, providenciar substituição.	03 un
51.22	Enxada	Uma vez ao longo do contrato, com manutenção preventiva e corretiva inclusa. Não sendo possível a	03 un



		execução da manutenção, providenciar substituição.	
51.23	Esquadro	Uma vez ao longo do contrato, com manutenção preventiva e corretiva inclusa. Não sendo possível a execução da manutenção, providenciar substituição.	02 un
51.24	Nível de bolha	Uma vez ao longo do contrato, com manutenção preventiva e corretiva inclusa. Não sendo possível a execução da manutenção, providenciar substituição.	02 un
51.25	Martelo	Uma vez ao longo do contrato, com manutenção preventiva e corretiva inclusa. Não sendo possível a execução da manutenção, providenciar substituição.	03 un
51.26	Serrote	Uma vez ao longo do contrato, com manutenção preventiva e corretiva inclusa. Não sendo possível a execução da manutenção, providenciar substituição.	01 un
51.27	Colher de pedreiro	Uma vez ao longo do contrato, com manutenção preventiva e corretiva inclusa. Não sendo possível a execução da manutenção,	03 un



		providenciar substituição.	
51.28	Desempenadeira	Uma vez ao longo do contrato, com manutenção preventiva e corretiva inclusa. Não sendo possível a execução da manutenção, providenciar substituição.	03 un
51.29	Lápis de carpinteiro	Uma vez ao longo do contrato, com manutenção preventiva e corretiva inclusa. Não sendo possível a execução da manutenção, providenciar substituição.	03 un
51.30	Espuma desempenadeira	Semestral	03 un
52	Kit de Parafusadeira/Furadeira 1/2" (13mm), tensão mínima da bateria 20V, Bateria de Li-ION, 2 Velocidades Variáveis e Reversíveis: 0 - 500 / 0 - 1.750 RPM, mandril de aperto rápido e trava de segurança no gatilho. Conjunto com 02 baterias. Carregador de baterias bivolt 100-240V.	Uma vez ao longo do contrato, com manutenção preventiva e corretiva inclusa. Não sendo possível a execução da manutenção, providenciar substituição.	03 un
53	Protetor auricular Protetor auricular (abafador)	Bimestral	06 par 03 par
54	Os rádios de comunicação devem apresentar as seguintes especificações aproximadas:	Mensal. Uma vez ao longo do contrato, com manutenção preventiva e corretiva inclusa.	31 un



	a) 16 Canais. b) Faixa de frequência UHF (438-470 MHz) e VHF (136-174 MHz). c) 4-5 W de potência de saída d) Programação via software e) Bateria de Li-ion 2000mAh f) Carregador de mesa individual bi-volt g) Itens inclusos: 1 Rádio, 1 bateria, 1 carregador, 1 clip de cinto h) Acessórios opcionais: Estojo em couro, fones, baterias e clip de cinto i) Carregador bi-volt	Não sendo possível a execução da manutenção, providenciar substituição	
55	Cabo extensor de alumínio de 2m e 3m	Semestral	06 unidades
56	Notebook	Uma vez ao longo do contrato, com manutenção preventiva e corretiva inclusa. Não sendo possível a execução da manutenção, providenciar substituição.	01 un
57	Impressora	Uma vez ao longo do contrato, com manutenção preventiva e corretiva inclusa. Não sendo possível a execução da manutenção, providenciar substituição.	01 un

a) Os itens acima descritos correspondem a uma estimativa (rol meramente exemplificativo/não exaustivo), possibilitando a flexibilização de acordo com a demanda real.

b) Manter todos os equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços, em perfeitas condições de uso, devendo os danificados ser substituídos em até 48 (quarenta e oito) horas, contadas do recebimento da solicitação de substituição. Os equipamentos elétricos devem ser dotados de sistemas de proteção, de modo a evitar danos na rede elétrica do CONTRATANTE.



c) Os equipamentos acima referidos deverão ser imediatamente disponibilizados quando do início da execução do contrato em cada local de prestação de serviço, bem como, durante toda sua execução, devendo ser substituídos/fornecidos em periodicidade mínima semestral ou sempre que se fizer necessário, o que ocorrer primeiro.

6.2 MATERIAIS DE LIMPEZA:

6.2.1 Todos os materiais a serem utilizados nos serviços de limpeza correrão às expensas da CONTRATADA (exceto o papel higiênico, sabonete e papel toalha dos sanitários), os quais deverão ser submetidos à apreciação e autorização da FISCALIZAÇÃO, e deverão ser de primeira qualidade. Em hipótese alguma deverão ser usados produtos detergentes corrosivos e que danifiquem os objetos em que forem utilizados.

6.2.2 A CONTRATADA antes de começar o cumprimento dos serviços contratados, deverá entregar a fiscalização da CONTRATANTE, para aprovação, uma amostra de todos os materiais de higiene, limpeza e de conservação, que serão utilizados na execução dos serviços. Quando for necessária a troca da marca, será submetida, anteriormente por escrito, e com antecedência de 5 (cinco) dias a FISCALIZAÇÃO.

6.2.3 Os materiais de higiene, limpeza e conservação, deverão ser aqueles considerados de maior qualidade e a amostra ficará de posse da FISCALIZAÇÃO, para fazer a comparação com os produtos que serão utilizados durante a execução do Contrato.

6.2.4 As quantidades médias dos produtos de limpeza deverão atender plenamente as necessidades mensais utilizadas na limpeza e higienização. Caso ocorra consumo superior ao estimado a empresa deverá realizar a reposição de imediato dos produtos.

6.2.5 A CONTRATANTE considerará falta passível de notificação e sanções, o constante acionamento da empresa para cumprir o objeto do contrato, relativamente a estas recomendações.

6.2.6 A utilização de produtos não aprovados, assim como adulteração de produtos e soluções, com forma e proporção será considerada falta gravíssima pelo não cumprimento das cláusulas contratuais sujeitando a CONTRATADA as penalidades previstas. Conforme previsto contratualmente, a pena de indenização que venha ser aplicada terá como abrangência o período



compreendido entre a data da constatação da adulteração e a do último Relatório de Fiscalização expedido, que não tenha constatado esta irregularidade.

7. IDENTIFICAÇÃO, UNIFORME E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) E COLETIVA (EPC)

7.1 Todos os funcionários da CONTRATADA deverão ser identificados por crachá onde apareça a foto, o nome e o cargo funcional.

7.2 É responsabilidade da CONTRATADA, manter atualizada a listagem de funcionários, seja para atividades permanentes ou temporárias, junto à fiscalização da CONTRATANTE, a qual poderá a qualquer momento proceder às verificações que se tornarem necessárias, inclusive na documentação funcional, e, constatada qualquer irregularidade, impedimento físico por doença ou qualquer outro motivo, solicitar a imediata regularização, impedir a permanência no local de trabalho, ou substituição, sem que acarrete qualquer prejuízo ao efetivo cumprimento das atividades programadas e contratadas.

7.3 Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva

É responsabilidade da empresa CONTRATADA, disponibilizar na qualidade e quantidade necessárias, os equipamentos de proteção individual (EPI) e coletiva (EPC) adequados e certificados para os serviços contratados, bem como promover a devida substituição quando ocorrer os desgastes naturais, acidentais ou por prazo de vencimento.

A fiscalização da CONTRATANTE poderá, a qualquer momento que julgar pertinente, proceder à verificação do estado, certificação e adequação do correto uso, se for o caso recomendando a imediata utilização e/ou substituição do EPI ou EPC.

A incidência de advertências sucessivas, quando do não acatamento deste item, será considerada falta passível de aplicação das sanções previstas no contrato.

A tabela abaixo prevê uma listagem básica de EPIs e EPCs. O fato de qualquer outro EPI ou EPC previsto nas normas do segurança e higiene do trabalho não constar na listagem abaixo, não exime a CONTRATADA de disponibilizá-lo.

7.3.1 EPI ou EPC: EMPREGO BÁSICO

Luva para trabalho em limpeza: Serviços do asseio, higienização e limpeza, que usem os agentes químicos e biológicos previstos nas atividades contratadas.

Luva de raspa de couro ou para trabalho pesado: Serviços de recolhimento de lixo, detritos de construção, recolhimento de galhos, madeiras, resíduos de desmatamento, sujeito à ação de



agentes físicos.

Luva para trabalhos em jardinagem: Serviços de corte de grama e jardinagem, sujeito a ação de insetos e outros agentes biológicos.

Máscara descartável: Serviços de asseio, higienização, limpeza e pintura, que usem os agentes químicos previstos nas atividades contratadas.

Óculos de segurança: Adequado à necessidade de cada atividade contratada, com o modelo previsto pelas normativas de higiene e segurança do trabalho.

Cinto de segurança: Adequado à necessidade de cada atividade contratada, com o modelo previsto pelas normativas de higiene e segurança do trabalho.

Capacete: Adequado à necessidade de cada atividade contratada, com o modelo previsto pelas normativas de higiene e segurança do trabalho.

Cordas: Adequado à necessidade de cada atividade contratada, com o modelo previsto pelas normativas de higiene e segurança do trabalho.

Calçado de segurança: Adequado à necessidade de cada atividade contratada, com o modelo previsto pelas normativas de higiene e segurança do trabalho.

Botas de lavagem: Adequado à necessidade de cada atividade contratada, com o modelo previsto pelas normativas de higiene e segurança do trabalho.

Equipamentos completos para realizar serviços em altura em conformidade com a normativa legal.

7.3.2 Uniformes

É responsabilidade da empresa CONTRATADA, disponibilizar na qualidade e quantidades necessárias, os uniformes adequados aos serviços contratados, bem como promover a devida substituição quando ocorrer os desgastes naturais, acidentais ou por prazo de vencimento.

A fiscalização da CONTRATANTE poderá a qualquer momento que julgar pertinente, proceder à verificação do estado e adequação do correto uso, se for o caso, recomendando a imediata utilização e/ou substituição do uniforme.

A incidência de advertências sucessivas, quando do não acatamento deste item, será considerada falta passível de aplicação das sanções previstas no contrato.

A listagem abaixo prevê uma listagem básica de uniformes que poderão ser utilizados pelos funcionários da CONTRATADA, sendo que deverão ser previstas três mudas de cada modelo adotado para inverno e três mudas para cada modelo adotado para verão, por funcionário. O fato de qualquer vestimenta profissional prevista nas Normas de segurança e higiene do trabalho não constar na listagem abaixo, não exime a CONTRATADA de disponibilizá-la.

7.3.1 UNIFORME: EMPREGO BÁSICO



- Conjunto calça comprida e camisa manga curta, em algodão: Atividades de asseio, higiene e limpeza em ambientes cobertos ou não, conservação e manutenção de instalações prediais e jardinagem (e assemelhados) (verão), quantidade 03 peças.
- Conjunto calça e camisa manga longa, em algodão: Atividades do asseio, higiene e limpeza em ambientes cobertos ou não, conservação e manutenção de instalações prediais e jardinagem (e assemelhados) (inverno), quantidade 03 peças.
- Casaco grosso de inverno acolchoado, isolamento térmico, tecido resistente à água. Quantidade 01 peça.
- Material apropriado para dia de chuva (capa, botas de borracha e guarda-chuva grande), 01 peça; O(s) modelo(s) adotado(s) deverá (ão) ter somente um padrão estético de cor (única ou combinada), visualmente similares (se adotado mais de um modelo) e que permita a identificação a distância, além de condições de conforto e praticidade compatíveis com as tarefas a serem realizadas. Deve(m) conter o "nome fantasia", logomarca ou razão social da empresa contratada, identificado pelo processo mais conveniente.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 Todos os colaboradores deverão ter regularizado sua condição de vínculo empregatício com a CONTRATADA, atendendo e totalmente em acordo com a Legislação Trabalhista vigente, ou que venha a ser modificada no decorrer do contrato apresentar. Os documentos admissionais dos colaboradores, inclusive o ASO, deverão ser apresentados antes do início das atividades.

8.2 A Contratada deverá cumprir Instrução Normativa CAGE 03/2023, normativa de entrega dos documentos mensais.

8.3 O controle da assiduidade dos colaboradores deverá ser realizado através do sistema de registro diários no relógio biométrico.

8.3.1 Não havendo manifestação prévia, os registros realizados e forma manuais não serão considerados na efetividade mensal;

8.3.2 A controle da assiduidade será registrada conforme a marcação, com base nas horas contratadas.

8.4 Por ocasião da implantação do contrato, a empresa deverá apresentar na FETLSVC, antes do início das atividades de cada funcionário na unidade, a relação completa dos empregados que serão alocados na prestação de serviços, acompanhada da seguinte documentação (cópia autenticada):

8.4.1) Contratos Individuais de Trabalho, Ficha Registro de Empregado, Exame médico



admissional, Opção do Vale-transporte e Carteira de Trabalho assinada;

8.5 Sempre que um funcionário novo for encaminhado para execução de serviços, deverá portar CARTA DE APRESENTAÇÃO, a ser entregue ao representante da Contratante a qual deve ser emitida em papel timbrado da empresa, contendo o nome completo do funcionário, Nº Cédula de Identidade, dias da semana e horários que serão executados as atividades e o nome do(a) funcionário(a) que substituirá no caso de faltas, licenças ou férias.

8.5.1 A NÃO APRESENTAÇÃO dos documentos acima acarretará o impedimento da prestação do serviço relativo ao funcionário cuja documentação não foi apresentada, sendo descontadas do valor mensal do serviço às horas não trabalhadas, não excluindo a aplicação das penalidades cabíveis. Nesse caso o funcionário será convidado a procurar a Contratada para que esta possa sanar o impedimento.

8.6 A empresa deverá manter toda a documentação funcional atualizada junto ao representante da Contratante indicado para esta função.

8.7 A prestação dos serviços deverão atender a Sumula 448 do TST “II – A higienização de instalações sanitárias de uso público ou coletivo de grande circulação, e a respectiva coleta de lixo, por não se equiparar à limpeza em residências e escritórios, enseja o pagamento de adicional de insalubridade em grau máximo, incidindo o disposto no Anexo 14 da NR-15 da Portaria do MTE nº 3.214/78 quanto à coleta e industrialização de lixo urbano”, bem como as Normas estabelecidas na Convenção Coletiva de Trabalho ou Acordo Coletivo de Trabalho da respectiva categoria.

8.8 Havendo a contratação da garantia contratual através de Seguro Garantia ou Fiança Bancária, deve ser apresentado ao Contratante o documento formal, juntamente com a comprovação do endosso/ quitação total da obrigação firmada com a instituição bancária.

8.9 A empresa deve cumprir a Instrução Normativa nº 08/2020, de 02/09/2020, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental, nos termos do artigo 7º:

I - uso de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

II - uso de equipamentos de limpeza com menor geração de ruído no seu funcionamento, conforme legislação vigente;

III - fornecimento dos equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

IV - realização de programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

V - separação dos resíduos recicláveis descartados, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do



papel para reciclagem;

VI - Observância à legislação vigente de descarte de resíduos sólidos.

9.CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS:

9.1 A pontuação atribuída aos itens indicados no formulário de avaliação do nível de serviços prestados deverá ser feita conforme os critérios a seguir:

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO MENSAL DE NÍVEL DE SERVIÇOS

COMPETÊNCIA:

ITEM AVALIADO	PONTUACAO	FATOR DE DESCONTO	TOTAL
PONTUALIDADE			
PRODUTIVIDADE			
EXECUÇÃO DAS ROTINAS			
FISCALIZAÇÃO			
CUMPRIMENTO DE PRAZOS			
FACILIDADE DE COMUNICAÇÃO			
MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS			
TOTAL			
OBSERVAÇÕES:			

I. Deverá ser atribuído 01(um) ponto ao item avaliado como “CONFORME”;

II. Deverá ser atribuído 0,5 (meio) ponto ao item avaliado como “PARCIALMENTE CONFORME”;

III. Deverá ser atribuído 0 (zero) ponto ao item avaliado como “NÃO CONFORME”;



IV. A nota final, entre 0 (zero) e 10 (dez), corresponde ao somatório da pontuação atribuída aos itens avaliados multiplicado por 10 (dez) e dividido pelo número de itens avaliados.

10. PERCENTUAL DE DESCONTO NA FATURA (TABELA):

PONTUAÇÃO OBTIDA FATOR DE DESCONTO DA FATURA FATOR DE EDSCONTO DA FATURA

10.1 - Percentual de desconto da fatura é estabelecido conforme critérios a seguir:

Pontuação Obtida	Fator de Desconto da Fatura
NOTA FINAL > 8 pontos	0,00%
NOTA FINAL ≥ 7 e < 8 pontos	1,50%
NOTA FINAL ≥ 6 e < 7 pontos	3,00%
NOTA FINAL ≥ 5 e < 6 pontos	4,50%
NOTA FINAL ≥ 4 e < 5 pontos	6,00%
NOTA FINAL < 4 pontos	7,50%

FIM